

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA - ESEFFEGO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Thallita Gabriele Maia Pires

**As relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na
Educação Infantil e seus diálogos com a Cultura Corporal.**

GOIÂNIA

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÂNIA – ESEFFEGO.
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Thallita Gabriele Maia Pires

**As relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na
Educação Infantil e seus diálogos com a Cultura Corporal.**

Trabalho final de curso 2 apresentado na forma de monografia, como exigência para obtenção do certificado de professor licenciado em Educação Física pela ESEFFEGO/UEG, sob orientação da Prof^a Ma. Rosirene Campêlo dos Santos.

GOIÂNIA

2023

Thallita Gabriele Maia Pires

**As relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na
Educação Infantil e seus diálogos com a Cultura Corporal.**

Trabalho final de Curso II apresentado em _____ de _____ de _____,
aprovado pela banca examinadora constituída pelos membros:

Prof.^a Ma. Rosirene Campêlo dos Santos – Orientadora

Prof.^a. Dr.^a Lilian Brandão Bandeira – Parecerista

Prof.^o. Dr.^o Cleber de Sousa Carvalho - Parecerista

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer muitíssimo a Prof. Ma. Rosirene Campêlo dos Santos, minha orientadora, pelo estímulo, paciência e generosidade com que me acolheu com suas preciosas contribuições. Sou igualmente grata a minha parecerista de banca Prof. Dr. Lilian Brandão Bandeira, e Prof. Dr. Cleber de Sousa Carvalho pela acolhida, leitura atenta e sugestões, o meu muito obrigada a vocês.

Deus, te agradeço por mais este projeto realizado em minha vida! Louvo-te, te exalto diante da tua grandeza. Meu Deus criador, salvador e consumidor da minha fé, por todo seu cuidado e amor dispensados a mim.

Agradeço ao meu pai Valderi Pires de Jesus, a minha mãe Marinalva Maia Pereira e as minhas irmãs Thais Raquel Maia, Nathalia Eduarda Maia e Camila Beatriz Maia por Deus colocá-los em meu caminho e por estarem nesse momento e em todos os outros em minha vida, momentos estes de grande felicidade para nós.

Agradeço ao meu amor Matheus Henrique, não menos importante na minha vida, meu namorado e companheiro por todo o amor e cuidado. Que passou vários momentos de estresses comigo causados pela faculdade, o cansaço emocional e toda a luta até aqui, mas sua paciência é infinita, seus abraços amenizam e suas palavras confortam.

Não posso esquecer da minha amiga de quatro anos de lutas e conquistas, Bruna Lemes, que me ajudou de alguma forma em construir o trabalho, tivemos grandes momentos de alegria e de desespero, mas até aqui Deus ajudou, que Deus abençoe.

Estou muito feliz com a conclusão do meu curso de Educação Física Licenciatura da UEG. E apresento a você esta benção.

Todas as meninas e todos os meninos nascem livres e tem a mesma dignidade e os mesmos direitos. Nenhuma vida vale mais do que a outra diante do fato de que todas as crianças e todos os adolescentes do planeta são iguais (BRASIL, 2006, p. 31).

RESUMO

O texto apresenta discussões e reflexões acerca das relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na Educação Infantil e seus diálogos com a Cultura Corporal. Pois, acreditamos que desenvolver relações étnico-raciais na infância contribui grandemente com o respeito e a valorização da pessoa negra quando adulta. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino, a fim de ressaltar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira e valorizar as diversidades existentes. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo compreender como as relações étnico-raciais podem contribuir na formação de crianças com identidade afro-brasileira na Educação Infantil via os elementos da Cultura Corporal. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, análise de documentos norteadores como LDB/1961 que condena qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça, por se ver constantemente ataques contra a população negra, humilhação, preconceito e discriminação. E pesquisa documental de como as relações étnico-raciais familiariza-se na Educação Física a partir da Educação Infantil. Em 2003 a LDB obriga a inclusão nos currículos da Educação Básica a “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” com o intuito de inserir a história do negro, bem como, sua cultura na sociedade brasileira, a fim de valorizar a diversidade étnica, e ve-lôs como formadores da nossa sociedade. Com abordagem quali-quantitativa, que possibilita trabalhar com a realidade e compreender os dados apresentados, esta pesquisa espera contribuir com a formação da identidade negra e na cultura afro-brasileira e africana na Educação Infantil. Para análise dos dados foram encontrados 11 artigos dentro de um recorte temporal de 2010 a 2021. Na análise dos resultados, foi possível observar que a Lei 10.639/2003 não está em vigor como deveria estar, por falta de políticas públicas, gerando mais ações que capacitem os profissionais da área sobre o conteúdo em questão, como também, um planejamento continuado desses profissionais. É necessário que a educação para as relações étnico-raciais se constitua efetivamente na educação brasileira, por menos episódios de racismo e preconceito.

Palavras-chave: educação infantil; relação étnico-racial; cultura afro-brasileira; cultura corporal.

ABSTRACT

The text presents discussions and reflections about ethnic-racial relations in the formation of Afro-Brazilian identities in Early Childhood Education and their dialogues with Corporal Culture. Well, we believe that developing ethnic-racial relationships in childhood contributes greatly to the respect and appreciation of the black person as an adult. In 2003, Law 10,639 was sanctioned, which deals with the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in educational institutions, in order to emphasize the importance of black culture in the formation of Brazilian society and value existing diversities. Therefore, this research aims to understand how ethnic-racial relations can contribute to the formation of children with an Afro-Brazilian identity in Early Childhood Education via the elements of Corporal Culture. The methodological procedures consisted of a bibliographical review, analysis of guiding documents such as LDB/1961, which condemns any unequal treatment due to philosophical, political or religious convictions, as well as any class or racial prejudices, as attacks against the black population are constantly being seen, humiliation, prejudice and discrimination. And documentary research on how ethnic-racial relations are familiarized in Physical Education from Early Childhood Education onwards. In 2003, the LDB obliges the inclusion of “African and Afro-Brazilian History and Culture” in the Basic Education curricula, with the aim of inserting the history of black people, as well as their culture in Brazilian society, in order to value ethnic diversity, and see them as shapers of our society. With a quali-quantitative approach, which makes it possible to work with reality and understand the data presented, this research hopes to contribute to the formation of black identity and Afro-Brazilian and African culture in Early Childhood Education. For data analysis, 11 articles were found within a time frame from 2010 to 2021. In the analysis of the results, it was possible to observe that Law 10.639/2003 is not in force as it should be, due to lack of public policies, generating more actions than train professionals in the area on the content in question, as well as continuous planning for these professionals. It is necessary that education for ethnic-racial relations is effectively constituted in Brazilian education, for fewer episodes of racism and prejudice.

Palabras claves: child education; ethnic-racial relationship; Afro-Brazilian culture; body culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.0 – AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	11
1.1 – As relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na Educação Infantil a partir de um olhar decolonial.....	16
2.0 – As manifestações da cultura afro-brasileira e africana e os elementos da cultura corporal na Educação Infantil.....	21
3.0 – Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	29
3.1 – Pesquisa bibliográfica e documental.....	29
3.1.1 – Abordagem da pesquisa.....	31
3.2 - Análise de dados.....	31
3.2.1 – Revista Pensar a Prática.....	34
3.2.2 – Revista Motrivivência.....	36
3.2.3 – Revista Motriz.....	46
3.2.4 - Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE).....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERENCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O estudo proposto é uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico e documental, onde buscamos alcançar o que foi traçado no objetivo geral desta pesquisa: compreender como a educação para as relações étnico-raciais podem contribuir na formação de crianças negras na Educação Infantil por meio dos elementos da Cultura Corporal e no problema investigativo: como a educação para as relações étnico-raciais auxiliam na formação das crianças negras na Educação Infantil e dialogam com a Cultura Corporal.

Tendo como objetivos específicos: entender como a educação para as relações étnico-raciais podem contribuir na formação das identidades afro-brasileiras na Educação Infantil a partir de um olhar decolonial; identificar como a Educação Física tem abordado pedagogicamente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil; analisar como os documentos pedagógicos adotados pela instituição orientam o planejamento das aulas de EF a partir da valorização da diversidade étnico-racial.

Desta forma, neste trabalho pretendemos abordar documentos e marcos legais que visam promover a importância de se trabalhar a história e a cultura de povos africanos e afro-brasileiros nas instituições de ensino, nesse caso, na Educação Infantil.

Partimos do problema investigativo da pesquisa, sendo ele: como a educação para as relações étnico-raciais auxiliam na formação das crianças negras na Educação Infantil e dialogam com a Cultura Corporal? Desde a mais tenra idade, na educação infantil, é necessário apresentar às crianças as diversas culturas existentes, para que cresçam entendendo as diferenças, valorizando a diversidade, percebendo que cada um tem as suas características únicas e respeitando a todos indiferente da sua cor de pele, raça ou religião.

Temos em nossa sociedade diversas manifestações culturais de origem africanas e afro-brasileiras, porém, não temos conhecimento, por exemplo da dança da Ciranda, da Capoeira, do Maracatu, além, de jogos tradicionais como a batata quente, a amarelinha entre outros.

Este estudo buscou apresentar para a Educação Infantil uma nova perspectiva da história e cultura africana e afro-brasileira, sendo intermediado pelo componente curricular Educação Física, ministrado por professores de Educação Física e pedagogos, trazendo elementos da cultura corporal a fim de incluir as pessoas negras no âmbito educacional, sem preconceitos e racismo.

É essencial que as crianças tenham contato com alguns valores durante seu desenvolvimento, para que cresçam e se tornem adultos inteligentes emocionalmente, íntegros e responsáveis. Para que tenham orgulho de suas raças e não se limitem quando sofridos com crimes de racismo e preconceito.

Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e análise de documentos norteadores como a LDB/1961 que condena qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça, por se ver constantemente ataques contra a população negra, humilhação, preconceito e discriminação. Também analisamos aspectos referentes a atuação da Frente Negra Brasileira iniciada em 1931 em uma escola de São Paulo, quando os movimentos negros começaram a pensar em reivindicações para atender e promover a igualdade racial. Além do Estatuto da Igualdade de 2010 que evidencia garantir, planejar e colocar em prática, ações que promovam a igualdade por meio de políticas públicas.

Nos apoiamos na LDB 10.639/2003 onde propõe estudar História e Cultura Africana e Afro-brasileira obrigatório nas instituições de ensino, que visa modificar a exclusão que os negros vêm passando dentro dos sistemas educacionais e por vezes reproduzida nas práticas docentes nas próprias instituições de ensino, assim, pretendemos desconstruir ideologias coloniais de cunho racial, superando as marcas do racismo, abrindo espaço para que as diferenças sejam reconhecidas, assim levando em conta toda a diversidade étnico-racial no Brasil.

Com abordagem quali-quantitativa, que possibilita trabalhar com a realidade e com os dados apresentados, esta pesquisa espera contribuir com a formação da identidade negra e na cultura afro-brasileira e africana na Educação Infantil.

Neste sentido, o trabalho está estruturado em três capítulos e as considerações finais. O primeiro é intitulado de “As relações étnico-raciais e as políticas educacionais” neste capítulo discutimos as relações étnico-raciais partindo dos principais documentos e marcos legais que abordam na área da Educação. Com a pressão dos movimentos negros, a luta pela igualdade de direitos e a defesa da população afro-brasileira, torna-se obrigatório a inclusão nos currículos da Educação Básica a Lei 10.639/2003.

As Diretrizes Curriculares Nacionais que garante que as Instituições de Educação Infantil assegurem a criança, promovendo igualdade entre todos, independente da classe social, proporcione o acesso a bens culturais, construa formas de comunicação lúdica com as crianças, favoreça as relações étnico- raciais, rompa com relações de dominação etária e religiosa.

O segundo capítulo tem por título “As manifestações da cultura afro-brasileira e africana e os elementos da cultura corporal na Educação Infantil” nesse capítulo, é apresentado discussões referentes as manifestações da cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil. A influência dessa cultura no Brasil é muito grandiosa, como a capoeira que está enraizada em nossa sociedade, a bumba-meu-boi, a dança da ciranda, o samba entre outros. Jogos e brincadeiras como amarelinha tradicional e a batata quente.

Atividades construídas nas relações étnico-raciais, contribuem no diálogo e na compreensão a respeito de diferentes culturas e identidades, gerando reflexão. Ensinando as crianças o direito de serem respeitadas acima de suas diferenças.

O terceiro capítulo é destinado aos “Procedimentos metodológicos e Análise de dados” onde a análise é feita a partir de 11 artigos encontrados em revistas e anais da Educação Física dentre os anos de 2010 a 2021. As análises dos dados foram feitos por meio das seguintes categorias, Revista Pensar a Prática, Revista Motrivivência, Revista Motriz e Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE).

E por fim as considerações finais onde se apresenta as principais conclusões evidentes após análise dos artigos científicos.

1.0 - AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Neste capítulo, pretendo discutir as relações étnico-raciais partindo dos principais documentos e marcos legais que abordam na área da Educação, Educação Infantil e Educação Física.

Em 1961 foi decretado a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.4024/61) Título I – Dos Fins da Educação – Art. 1º - a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça.

Diante desse documento podemos perceber como foi tardia na história da educação brasileira um olhar atento para as questões referentes as relações étnico-raciais. E como isso ainda se faz presente na sociedade brasileira, e que por questões diversas como: culturais, educacionais, econômicas, sociais entre outras, boa parte da população brasileira sofre na pele o preconceito, a discriminação e o racismo. Vemos constantemente, nos meios de comunicação casos diários de pessoas negras sendo covardemente atacadas, exportadas e humilhadas por razões de discriminação e racismo.

De acordo com Munanga (2000) o racismo é quando devido ao seu pertencimento racial uma pessoa seja excluída de brincadeiras, empregos, quando o tratamento em relação aos outros é diferente ou é negado.

O preconceito racial ainda é muito visto nos dias de hoje em nossa sociedade, as crianças são descartadas, esquecidas ou substituídas em brincadeiras, atividades nas creches, escolas, pois são o tempo todo consideradas inferiores e minorias. Essa discriminação racial se dá desde o período colonial, fruto do regime de exploração que a maioria dos negros viviam. A maior parte eram africanos que foram trazidos a força e submetidos ao trabalho escravo durante séculos, sujeitos a muitas formas de violência. Eram adquiridos como mercadorias por donos de grandes propriedades, e a maioria trabalhava nas minerações ou engenhos de açúcar.

Por isso foi tão difícil incluir a população negra na história educacional brasileira, pois era mais lucrativo ter um escravo trabalhando de graça, do que um que sabia ler, escrever e que pudesse revoltar-se contra ele rapidamente.

De acordo com Silva e Araújo (2005) na Constituição de 1824 é possível perceber restrições a entrada das pessoas negras nas escolas, pois a maioria eram africanos, e só era permitida a entrada de brancos. Neste sentido,

[...] deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização; porém, na realidade, negaram as condições objetivas e materiais que facilitassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico.” (SILVA e ARAÚJO, 2005, p. 71).

No final do século XIX, a população negra começa a ter oportunidades de escolarização, assim grupos escolares urbanos e escolas que eram isoladas em fazendas ou bairros foram se profissionalizando, no entanto, muitos negros ainda não tinham essa oportunidade, e foi aí que os grupos que se intelectualizaram começaram a construir formas de organização, as quais hoje denominamos como movimentos negros, surgindo assim o maior movimento negro em 1931, sendo a Frente Negra Brasileira implantada em uma escola em São Paulo. É a partir da organização dos movimentos negros e de suas reivindicações que o cenário das políticas públicas brasileira começa a pensar em documentos para atender e promover a igualdade racial.

Porém, somente muitas décadas depois e com a pressão dos movimentos negros, a luta pela igualdade de direitos e defesa da população afro-brasileira, torna-se obrigatória a inclusão da “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” nos currículos da Educação Básica a de acordo com a Lei n. 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com o intuito de se cumprir a Lei determinada para garantir a inserção da história do povo negro nos currículos de Educação Básica a Lei 10.639/2003 onde coloca estudar História e Cultura Africana e Afro – Brasileira como um tema obrigatório nas escolas, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, através da aprovação do parecer CNE 003/2004 (BRASIL, 2004a) e sua Resolução 01/2004 (BRASIL, 2004b).

O Conselho de Educação descreve: a “[...] política curricular fundada em dimensões históricas, culturais, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros”. (BRASIL, 2004a, p.20).

A lei supracitada é uma política pública que visa modificar a exclusão que os negros vêm passando dentro dos sistemas educacionais e por vezes reproduzida nas práticas docentes nas próprias instituições de ensino.

Estabelecendo também o dia 20 de novembro no calendário escolar como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, em homenagem a Zumbi dos Palmares que era um líder quilombola e morreu nesta data. Se transformando um símbolo de luta contra o racismo e a escravidão e para todos os outros, vítimas de exclusão social no Brasil.

Esse é só mais um dos efeitos que a população negra passou, tornar obrigatória uma lei na Educação Básica a fim de amenizarem todas as barreiras impostas no passado e tentar igualar as oportunidades que os brancos têm sem luta alguma e sempre favorecidos e que deveriam ser oportunizadas a todos.

O propósito da Lei é valorizar a diversidade étnica, desenvolver nos alunos um senso crítico que elimine o preconceito, onde fique claro que os negros também são sujeitos históricos e formadores da nossa sociedade. Por ser um país mestiço devemos conhecer suas culturas (culinária, músicas, danças), seus povos, estudar suas histórias e principalmente religiões para desconstruir o preconceito.

Corrigindo, assim, as desigualdades educacionais, valorizando a nossa história, e olhando para as diferenças e reconhecimentos necessários.

João Batista, no VIII Encontro dos Negros do Norte e Nordeste aponta que:

A educação não está relacionada apenas à mobilidade social, não é só história, é todo um processo de formação do indivíduo. Romper com um padrão educacional branco e europeu é a possibilidade de reeducar para o conhecimento de nossa história, de nossa realidade cultural”. (BATISTA, 1988, p. 12)

Precisamos ter conhecimento sobre a formação do povo brasileiro, somos uma mistura de povos, sendo elas índios, africanos e europeus, assim somos um país mestiço. Portanto é necessário ter estudo sobre nossos antepassados.

Tratar pedagogicamente da história e cultura dos povos indígenas e africanos, possibilita torná-los protagonistas das suas próprias histórias, diminuindo as exclusões feitas na sociedade e nas escolas, tendo orgulho da sua raça, não querendo se tornar branco para se sentir encaixado em padrões impostos. Pelo contrário, a escola estaria fortalecendo as identidades, combatendo a discriminação e o racismo estrutural.

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade. Nesse sentido, a escola pode de ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, 2000 p.32)

Deste modo, a escola vai se tornar um ambiente propício para o combate ao racismo e a discriminação, ensinando e ressignificando sobre a população negra, desenvolvendo o respeito um pelo outro, e assim percebendo que cada um é cada um, que não precisam ser

todos iguais e que mesmo assim todos tem os seus valores e uma identidade própria independente de situação social ou cor de pele.

Um fato curioso e muito comum é querer trabalhar a História e a Cultura Afro-Brasileira na semana da Consciência Negra, para lembrar o que foi o momento, esse conteúdo deve fazer parte do planejamento da disciplina. Não é somente falar para várias crianças pequenas que somos frutos de uma sociedade violenta, mas sim ir construindo uma identidade negra todos os dias, já que desde muito cedo as crianças negras são submetidas a tratamentos diferentes.

Nilma Lino Gomes destaca que:

[...] as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p. 86).

Assim não podemos contribuir com um olhar homogeneizado, onde sirvam uma educação para o embranquecimento e sim uma visão heterogênea, onde todos tem os seus valores, e todos contribuem grandemente com a nossa sociedade, valorizando também a cultura negra.

Um dos documentos que vem respaldar e garantir a igualdade da população negra e parda brasileira é o Estatuto da Igualdade, a lei 12.288 foi promulgada em 20 de julho de 2010 que evidencia em seu texto garantir, planejar e colocar em prática, uma série de ações que promovam a igualdade, por meio de políticas públicas e ações afirmativas.

Porém, após a publicação ela ainda foi editada algumas vezes para que realmente funcionasse. Dessa forma vemos como é e como foi difícil a inclusão da população negra nas escolas e em outros ambientes.

O artigo 1 do Estatuto da Igualdade Racial enfatiza que,

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010, Art. 1)

Mesmo assim ainda vemos os altos índices de desigualdade social, a vida escolar é mais difícil para as crianças de ascendência africana, isso porque a criança negra fica exposta a violência diariamente, interferindo diretamente na construção de sua identidade. Segundo dados do IBGE (2007):

[...] as taxas de analfabetismo, de analfabetismo funcional e de frequência escolar continuam apresentando diferenças significativas entre os níveis apresentados pela população branca, sempre favorecida, e os da população preta e parda. Em números absolutos, em 2006, entre cerca de 15 milhões de analfabetos brasileiros se encontram mais de 10 milhões de pretos e pardos, mostrando a gravidade deste problema para este segmento da população. As taxas de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade foram de 6,5% para brancos e de mais que o dobro, 14%, para pretos e pardos. A taxa de analfabetismo funcional também é muito menor para brancos. O indicador de média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade mostra uma vantagem de 2 anos para brancos, com 8,1 anos de estudos, em relação a pretos e pardos, com 6,2 anos, diferença que vem se mantendo constante ao longo dos anos segundo as informações disponíveis. Outro indicador, o da distribuição por cor ou raça da população que frequenta escola com idades entre 18 e 24 anos mostra também significativas diferenças entre os grupos analisados. Enquanto o percentual de brancos que aparecem como estudantes de nível superior ou terceiro grau é de 56%, o de pretos e pardos apenas alcança 22%, mostrando a enorme diferença de acesso e permanência dos grupos raciais neste nível de estudo. (IBGE/PNAD – Síntese de Dados Sociais 2007: p. 182, 183).

Sendo assim, é de suma importância a necessidade de se repensar e aprofundar nos currículos escolares, redefinindo os objetivos que se querem alcançar, levando cada vez mais a população negra para as escolas, assim, incluindo toda a diferença étnico – racial e diversidade existente no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento nacional que visa definir aprendizados mínimos essenciais aos alunos brasileiros, e a partir dele desenvolver modalidades da Educação Básica, garantindo o aprendizado e desenvolvimento do aluno.

Para a Educação Infantil a BNCC estabelece alguns direitos de aprendizagem, sendo eles o direito de conviver uns com os outros, utilizando diferentes linguagens, se desenvolvendo a respeito das diferenças culturais e pessoais de cada um. O direito de brincar em diferentes lugares, interagindo em diferentes espaços, ampliando sua imaginação e criatividade.

Participar do planejamento das atividades, como a escolha de brincadeiras, permitindo uma maior autonomia. Explorar diferentes sons, movimentos, palavras, ampliando o conhecimento sobre cultura. Expressar suas emoções, opiniões e questionamentos para se tornar um adulto crítico. E se conhecer para criar sua própria identidade a partir das interações no ambiente.

A proposta da BNCC reforça os conteúdos sobre a África e os afro-brasileiros, que também já fazem parte da Educação Básica pela Lei obrigatória, para o terceiro período do ensino fundamental, está previsto temáticas com conteúdos de jogos e brincadeiras de matriz indígena e africanas.

Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico-cultural. (EF35EF01).

Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana. (EF35EF02). Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico-cultural na preservação das diferentes culturas. (EF35EF03)

Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis. (EF35EF04) (BRASIL, 2016, p.226)

A Secretária Municipal de Educação (SME) pondera a Educação Infantil como uma etapa única, onde promove o desenvolvimento integral das crianças, servindo como um complemento da sociedade.

[...]compreendendo que os conteúdos não devem ser vistos desvinculados da fundamentação teórica, reafirma-se a opção por teorias do conhecimento que permitem desvendá-los [...] Nesta perspectiva, propõe-se trabalhar na Educação Infantil com as disciplinas: Português, Ciências Naturais e sociais, Matemática, Educação Física e Artes. (BRASIL, p.15)

Dessa forma, a SME propõe que as ações educativas e pedagógicas sejam sistematizadas a partir de diferentes conhecimentos de mundo e das múltiplas linguagens.

1.1 – As relações étnico-raciais na formação das identidades afro-brasileiras na Educação Infantil a partir de um olhar decolonial e o Mito da Democracia Racial.

Como já sabemos, os negros no Brasil sofreram ao longo de anos com a escravidão e até a atualidade com o racismo institucionalizado. Porém, a elite não via dessa forma, pois sustentavam na época um discurso de democracia racial, que impedia a organização das lutas antirracistas, evitando então um movimento de pessoas negras contra os antigos senhores, basicamente, a elite.

Assim, o Estado se omitia a criar políticas compensatórias à população negra, e pior, insentando a elite de qualquer responsabilidade com os antigos escravos que os serviam. A democracia racial é um conceito que nega a existência do racismo no Brasil. Sustenta um argumento de que vivemos em uma sociedade igualitária, sem conflitos e felizes.

Vimos, porém, que a negação é essencial para a continuidade do racismo, quanto mais naturalizado e incorporado em nossa sociedade, menos vemos como um problema, e sem o problema, basicamente não precisa de mudança.

O mito da democracia racial diz que negros, indígenas, brancos, entre outros grupos, vivem em paz no Brasil, e possuem direitos iguais, portanto isso é desmentido diariamente em diversos casos que vemos em televisões, rádios, vendo constantemente os ataques da população branca a esses grupos raciais, por diversos motivos, dentre eles características físicas, culturais, econômicas, religiosas etc.

Em 1978 ressurgiu o Movimento Negro pela redemocratização do país, ou seja, levantavam as bandeiras históricas incluindo o negro na sociedade de classes. O movimento era principalmente a favor da luta contra o preconceito racial, dos direitos culturais dos afro-brasileiros e de como os negros foram definidos e excluídos em nossa sociedade.

Possibilitar aos alunos, negros, brancos, amarelos e indígenas, o conhecimento de história e cultura afro-brasileiras teria o objetivo de reconhecer os elementos civilizatórios das culturas africanas e africanas da diáspora, possibilitando aos alunos em geral o reconhecimento do processo civilizatório dos povos africanos e aos alunos negros em particular a construção da identidade pautada em aspectos de positividade sobre seu grupo de pertença e sobre si mesmo (SILVA, COSTA, MINDAL, 2007, p. 15).

Atualmente no Brasil, há um sistema de políticas de ações afirmativas que procuram compensar e equilibrar o preconceito, o racismo e a exclusão que os negros passaram. Incluindo bolsas de estudos, distribuição de terras e habitação, a contratação em empresas por meios de bônus e fundos de estímulo, além de políticas de valorização identitária.

O objetivo das políticas educacionais voltada para as relações étnico-raciais é a de reparar na sociedade o que foi feito no passado, ressignificando a discriminação racial, a desigualdade social entre outros, sendo, então. “[...] orientada para oferecer tratamento diferenciado com vista a corrigir desvantagens e marginalizações criadas e mantidas por estruturas sociais excludentes e discriminatórias”. (BRASIL, 2004, p.12)

É necessário desde a mais tenra idade, na educação infantil, com crianças pequenas construir as relações étnico-raciais, para que já cresçam entendendo as diferenças, percebendo que cada um tem as suas características e que isso não influencia nos seus valores.

Alguns pesquisadores entendem que não é necessário trabalhar as relações étnico-raciais na educação infantil, pois nessa idade ainda não existe preconceito, porém vemos que é necessário, visto que quanto mais cedo começar essa conscientização, com a contribuição das políticas educacionais, menor será o índice de discriminação e preconceito.

Contudo, também é visto em creches a discriminação, são crianças brancas que só querem brincar com brancos, excluindo as crianças negras, brincadeiras de rodas onde temem ou não gostam de pegar na mão, colocam apelidos que são reproduzidos a partir de referências da própria família.

Assim, posicionam os negros em um lócus inferior da sociedade, e quem coloca o apelido geralmente é um branco, ficando cada vez mais superior aos demais, deixando claro para as crianças negras que para estar presente naquele ambiente precisam ter determinadas características.

[e]m termos de políticas educacionais, podemos afirmar que os alunos recebem uma produção homogeneizada, que veicula discurso racista, normalizando a condição de branco e desvalorizando a condição de negro (SILVA, 2005, p. 187).

Deste modo, expõe cada vez mais os negros, fragilizam suas histórias, suas características que cada vez menos se sentem pertencentes das suas classes raciais, se tomando como referência o padrão europeu.

Assim, tentam apagar as vidas que não estão dentro do padrão branco europeu, ou, sistema colonial-racista, excluindo cada vez mais os negros, fixando destinos pré-estabelecidos para esses.

O objetivo de estudar os conteúdos de matrizes africanas é valorizar a identidade e reconhecer os negros em nossa sociedade, sendo potencializado na educação infantil.

Um importante documento para a educação das relações étnico-raciais, são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ela apresenta no corpo do seu texto alguns pressupostos que orientam o planejamento e as ações pedagógicas para a escola.

1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico - racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004b, p.2).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, parecer CNE 003/04 e sua Resolução 01/04 (BRASIL, 2004a), tem o propósito de desconstruir as ideologias coloniais de cunho

racial, superando as marcas do racismo, abrindo espaço para que as diferenças sejam reconhecidas, assim levando em conta toda a diversidade étnico-racial no Brasil.

Ao tratar das questões referentes a Educação Infantil, é importante destacar a Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

[...] Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica: [...]

V - Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: [...]

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições históricoculturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; [...]

IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; [...]

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: [...]

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza. (BRASIL, 2009, p.3).

Logo, com base em tais proposições, tem – se como principais características para as Diretrizes Curriculares Nacionais garantir que as Instituições de Educação Infantil assegurem a criança, promovendo igualdade entre todos, independente da classe social, proporcione o acesso a bens culturais, construa formas de comunicação lúdica com as crianças, favoreça as relações étnico- raciais, rompa com relações de dominação etária e religiosa.

Que ensine as crianças a valorizar, respeitar e reconhecer as diferentes culturas que compõe a nossa sociedade, como as culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras, entendendo que vivemos em um país de várias raças.

A criança aprende muito brincando, interagindo com outras crianças, então isso pode ser usado a favor da instituição de ensino, possibilitando vivências em diferentes grupos culturais com outras crianças. Dessa forma, elas começam a reconhecer a diversidade.

“A inclusão pode ter muitos efeitos positivos para todos: para as crianças [...], para as suas famílias, para os seus colegas, para a própria escola, que se torna mais rica e eficiente. Proporciona a todos uma visão da diversidade como algo [...] que ensina a se relacionar de forma positiva com pessoas diferentes respeitando as características de cada um e considerando-se não apenas o ponto de vista das limitações que impõem, mas também de uma oportunidade para o desenvolvimento da convivência entre todos.” (PANIAGUA; PALACIOS, 2007).

De acordo com a BNCC, sobre as orientações pedagógicas para o primeiro ano de alfabetização, os jogos por terem um contexto lúdico e significativo, é fundamental para trabalhar a alfabetização. As crianças também devem explorar o material que vai ser utilizado nos jogos, potencializando o aprendizado e os aspectos educativos.

Contudo, para romper com o racismo dentro das escolas e privilegiar as questões raciais, é necessário perceber o quanto os profissionais daquele ambiente estão preparados para isso. Se tiveram qualificações em suas formações a respeito do tema, se continuam se qualificando dentro das escolas, se mudam seus hábitos após passarem por situações constrangedoras.

Logo, é necessário construír novos caminhos, principalmente na Educação Física, onde é possível a abordagem de práticas variadas, sendo seu objeto de estudo a cultura corporal.

“Aulas de Educação Física podem revelar-se excelente oportunidade de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças de desenvolvimento, de idéias e de valorização humana, para que seja levado em conta o outro.” (Diretrizes Curriculares de Educação Física, p. 29).

A Educação Física deve cumprir seu objetivo de tematizar o esporte numa perspectiva crítica, provocando nos alunos uma maior autonomia.

Não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que ‘naturalmente’ integram o dia a dia de homens e mulheres brasileiros; admitir, tomar conhecimento de que a sociedade brasileira se projeta como branca; ficar atento para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômico-social e cultural; desconstruir a equivocada crença de que vivemos em uma democracia racial. E, para ter sucesso em tal empreendimento, há que ter presente as tramas tecidas na história do ocidente que constituíram a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar (SILVA, 2007, p. 492-493)

Por meio da escola podemos mudar o nosso destino, através de currículos pautados no enfrentamento ao racismo, no cumprimento da Lei 10.639/2003, além da realização de debates e rodas de conversa, pois a educação e o conhecimento de uma forma geral são importantes ferramentas contra o racismo.

2.0 - As manifestações da cultura afro-brasileira e africana e os elementos da cultura corporal na Educação Infantil.

No Brasil a partir da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ficou decretado a obrigatoriedade do ensino, a valorização e o reconhecimento das influências africanas e afro-brasileiras na formação escolar da sociedade brasileira.

Araújo (2012) traz para nós a importância de se trabalhar as questões étnico raciais:

É preciso transformar os diferentes espaços educativos em ambientes de inclusão; de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação; de troca de ideias; de respeito à diversidade; de resgate da autoestima; de reconhecimento e valorização da história e identidade das minorias historicamente discriminadas, bem como, da afirmação do caráter pluriétnico e multicultural da nossa sociedade. Caso contrário, torna-se difícil que os grupos menos favorecidos tenham chances reais de melhorar as suas condições de vida (ARAÚJO, 2012 p. 123).

Para o enfrentamento ao racismo e a discriminação nos contextos sociais e educacionais, essa inclusão no ensino deve começar desde os primeiros anos escolares. Pois há comportamentos preconceituosos com as crianças já nas pré-escolas. Sendo desigual a educação, o cuidado e o carinho dado as crianças com diferenças étnico-raciais, tanto por parte das outras crianças quanto de professores, que deveriam estar se opondo em situações de discriminação vivenciado pelas crianças negras.

[...] inexistem [no Plano Nacional da Educação] qualquer preocupação quanto à preparação dos professores, seja da educação infantil ou fundamental, para lidarem com conteúdos mínimos, tais como a diversidade humana, ou o fato de que a primeira representação que a criança negra tem de si na escola a projeta como escrava, sujeito passivo da história, escravizada e, num ato de indulgência dos brancos, libertada. Não há feitos gloriosos dos seus antepassados, não há heróis negros, a religião dos negros é tratada como fetiche, a semântica da palavra negro ou preto é empregada como sinônimo de algo ruim, depreciativo; não se estuda história da África e, quando aparece alguma representação da África no presente, ela não consegue fugir dos limites de uma grande selva, povoada por homens trajando tanga e segurando lanças, elefantes, leões e zebras (SILVA JR., 2002, p. 68).

A educação antirracista pode provocar grandes mudanças tanto nos educadores quanto nas crianças e assim por diante, quebrando um ciclo vicioso de uma base eurocêntrica que sempre é ensinada nas escolas e na sociedade.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana diz:

[...] é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras (BRASIL, 2009b p. 8).

Dessa forma, a escola pode quebrar barreiras de preconceito, fortalecer a promoção da igualdade racial dentro da escola, combater o racismo, incluir a criança em seu meio, com atividades que promovam a reflexão, envolvendo negros e sua cultura devem ser mencionadas, promovendo o reconhecimento da cultura negra para sociedade.

De acordo com Gomes:

[...] não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos..." (GOMES 2005, p.154).

A escola é uma instituição onde aprendemos a estabelecer relações culturais e sociais, compartilhamos saberes, crenças e valores, deve ser um lugar onde construímos conhecimentos e dialogamos para que se desenvolvam em ambiente de respeito e igualdade, entendendo que existem diversidades e diferenças em nossa sociedade que precisam ser respeitadas.

Quando incluimos nas aulas a cultura negra, através de contação de histórias, de manifestações culturais como as danças, os jogos, brincadeiras, brinquedos, as lutas, a culinária, a confecção de oficinas, cartazes e com todos os alunos participando é mais fácil de combater o racismo e o preconceito. Pois, acreditamos que a:

“Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola a não ser quando tratar de manifestação cultural própria, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.” (BRASIL, 2004, p. 24).

Há diversas maneiras de trazer a cultura afro-brasileira e africana para dentro da escola, visto que a influência dessa cultura no Brasil é muito grandiosa, assim, é importante levar para as escolas propostas em que incluam o negro na sociedade com direitos iguais aos demais. Cabe ao professor trazer propostas pedagógicas que oportunizam o ensino ao respeito pela diversidade étnico-racial.

Quando se referir a danças podemos retratar a questão cultural, com os movimentos, a música, as artes visuais. Ao tratar sobre lutas a capoeira é uma grande possibilidade, porém, não deixando de lado o judô o karatê.

Araújo (2002) cita que a capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira e está espalhada em mais de 150 países. Com variações regionais ela está dividida em “capoeira regional” conhecida por ser acelerada e “capoeira angola” por ser lenta, é uma prática cultural desenvolvida em roda com pares, os mestres transmitem o saber, acompanhado de música: canto, palmas e berimbau. É a música que decide o estilo e o ritmo do jogo, é caracterizada por golpes, movimentos ágeis e intrincados, cabeçadas, joelhadas, utilizam sobretudo, os pés e a cabeça.

Outra manifestação muito conhecida no Brasil é o bumba-meu-boi, Cavalcanti (2006) diz melhor sobre, é um teatro onde tem maior representatividade no estado do Maranhão. É uma referência a cultura negra, é uma peça onde apresentam a morte e logo após a ressurreição de um boi muito especial, o boi é morto após terem arrancado sua língua para fazer desejos de uma esposa grávida. Assim, ele se vê forçado a ressuscitar o animal, pois era um boi querido, todos dançam e cantam em comemoração à ressuscitação. A festa ocorre nos meses de junho e julho, em São Luís, desde o século 18.

Outra manifestação bastante conhecida é a ciranda pernambucana, com a importante cirandeira Lia de Itamaracá com suas canções, é uma dança praticada por mulheres que cantavam e dançavam esperando seus maridos voltarem do mar onde trabalhavam, é uma dança em roda que diminui e aumenta de acordo ou na medida que as pessoas vão entrando e saindo da dança, a dança acontece de mãos dadas e basicamente imitam as ondas do mar no vai e vem, o mestre cirandeiro é o mais importante da roda, pois é quem improvisa os versos, cordena a percussão e toca o ganzá.

Já o samba é uma manifestação que traz vários elementos de identidade com o povo brasileiro, Carneiro (1982) afirma que é uma manifestação cultural popular, pois acontece em quase todos os estados brasileiros. A Escola de Samba é um verdadeiro ritual de dança, música e canto. Todos usam muitas fantasias e adereços. O elemento mais representativo da dança é a presença do casal de Mestre – sala e a Porta – bandeira. Isso falando do samba que se faz presente principalmente no carnaval, porém existem vários outros tipos de samba, por exemplo, a samba de roda que é um processo de urbanização e modernização do estilo com origens na Bahia. O samba – canção que é um samba urbano do Rio de Janeiro e é o mais lento comparado aos outros tipos de samba. Existe também o samba-exaltação onde exaltavam as belezas do nosso país e ajudam a enaltecer as propostas de “Brasil grande”.

Nas manifestações afro-brasileiras, mais concretamente nos momentos de festa, registra-se um número considerável de manifestações em que a dança e a música demarcam traços de africanidade, sem, contudo, confirmar-se, a presença de aspectos religiosos ou mágicos no momento da sua realização, antevendo-se, em algumas das expressividades manifestas, simples atos de puro divertimento dos negros nessa nova terra e nos momentos consentidos pelos seus senhores. Dentre essas formas de expressão, pode-se referir terem ocorrido muitas vezes, isolada ou concomitantemente, o lundu, o jongo, o batuque, o maracatu, o samba e, inclusive a capoeira, salientando-se nessa última manifestação, em face de registros documentais do século XIX (ARAÚJO, 2002, p. 109).

Neste contexto, é interessante trazer os jogos e brincadeiras da cultura africana e afro-brasileira, visto que os jogos e as brincadeiras desenvolvem o pensamento, a linguagem, a autoestima, a criatividade, a imaginação e a socialização das crianças. E pela brincadeira ela estabelece relações com o mundo, sendo assim, quando incluímos a cultura afro-brasileira e africana no seu dia a dia, elas entendem que também faz parte da nossa cultura.

De acordo com Oliveira:

O brincar, por ser uma atividade livre que não inibe a fantasia, favorece o fortalecimento da autonomia da criança e contribui para a não formação e até quebra de estruturas defensivas. Ao brincar de que é a mãe da boneca, por exemplo, a menina não apenas imita e se identifica com a figura materna, mas realmente vive intensamente a situação de poder gerar filhos, e de ser uma mãe boa, forte e confiável (2000, p. 19).

Conforme Oliveira, a brincadeira irá favorecer o desenvolvimento individual das crianças, e ajudará a assumir os comportamentos internos quando adultos, a observar as ações dos outros e sustentar uma imagem que se formou. Por ser uma atividade livre, irá fortalecer a autonomia da criança. Para Zanluchi:

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à

realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos (2005, p. 89).

Segundo Zanoluchi (2005) as crianças se preparam para a vida desde as brincadeiras, pois através da imaginação já vai se criando um contato com o mundo externo. Começam a entender como funciona no mundo adulto e se preparando para lidar com variadas situações. Assim a brincadeira é de fundamental importância na formação humana. Sendo assim, Zanoluchi e Oliveira (2005) acreditam que a brincadeira torna uma criança mais preparada para a vida, com imagens da vida adulta já formadas criam um contato com o mundo externo.

Existem diversas brincadeiras de origem africana que podem ser utilizadas nas escolas, a fim de proporcionarem um maior contato com essa cultura, como, a amarelinha tradicional, um jogo de equilíbrio e de acordo com que os jogadores vão perdendo, vão sendo eliminado, outro bem conhecido é o jogo da queimada, onde as crianças são divididas em dois grupos e um tenta acertar com a bola o adversário, quem tiver com mais jogadores no final ganha a partida.

A LDB sugere que nas aulas de Educação Física pode revelar-se uma excelente oportunidade de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças. Neste contexto que a utilização dos jogos e brincadeiras para a valorização da identidade e reconhecimento, para que os elementos da cultura afro-brasileira sejam lembrados e valorizados, pois são nas aulas de educação física que os alunos têm contatos com diferentes culturas (BRASIL,2003)

Conhecemos também o jogo da batata quente onde as crianças em roda e com um outro virado de costas canta batata quente, as crianças deverão ir passando a bola para o participante do lado e quando cantar queimou o que estiver com a bola é eliminado.

Portanto, há várias maneiras de trazer a história, a cultura e as manifestações religiosas para dentro de uma escola na Educação Infantil, realizando também pinturas de máscaras, pulseiras, artefatos, instrumentos musicais, cartazes com imagens e frases positivas de negros, provocando reflexão nas crianças, inserindo de forma significativa essa cultura em nossa sociedade.

Logo, estudar as relações étnico-raciais na Educação Infantil é reconhecer a sua importância na construção da sociedade brasileira, ensinando valores e respeitando essa cultura pelas diferenças e diversidades, fazendo com que as crianças negras se sintam valorizadas, assumindo sua identidade e reconhecendo seus valores.

Neste âmbito, a Educação Física escolar direcionada pela prática corporal no contexto sócio-histórico-cultural do jogo, da expressão corporal como as lutas, as danças, a ginástica, o

esporte e demais manifestações podem e devem contribuir na formação humana e ampliação das manifestações africanas e afro-brasileiras. A partir da abordagem crítico-superadora, que supõe organizar as aulas com intenção de ensinar sobre a realidade, e direcionar o aluno ao conhecimento necessário.

Nessa formulação a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde o professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo os momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos. (SAVIANI, 2005a, p.26).

Dessa forma, a abordagem crítico-superadora foca em situações do cotidiano em sua realidade social, como os jogos, ginásticas, esportes e dança. Criticando um movimento estereotipado que não tem valores e sentidos.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 20 de dezembro, estabelece que a Educação Física deve ser inserida no contexto da escolarização formal como componente curricular obrigatório, assim agregando as práticas e movimentos do corpo como processos educativos de aprendizagem, assumindo um compromisso social.

O parágrafo 3º do artigo 26 da mesma Lei estabelece que “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. (BRASIL, 1996).

A Educação Física deve incentivar o aluno a participar, discutir, refletir, compreender os elementos da cultura corporal, ter um olhar crítico, respeitando seus limites, estimulando hábitos saudáveis de atividade física, de alimentação, ter atitudes de respeito, repudiar a violência, dentre outras coisas mais.

Sorbara cita que:

A Educação Física desenvolve a adoção de atitude de respeito mútuo onde há dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, hábitos saudáveis de higiene e atividades corporais, bem como, solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades. (SORBARA, 2008, p. 4).

No ensino fundamental o papel da Educação Física é importante para ampliar a visão sobre cultura corporal:

[...] é muito importante na medida em que possibilita aos alunos uma ampliação da visão sobre a cultura corporal de movimento, e, assim, viabiliza a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade para interferir na comunidade, seja na manutenção ou na construção de espaços de participação em atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. (BRASIL, 1998, p. 15).

Dessa forma, atividades construídas abordando as relações étnico-raciais, contribuem no diálogo e na compreensão a respeito de diferentes culturas e identidades, gerando reflexão. Trazer discussões sobre a diversidade cultural, ensinar as crianças o direito de serem respeitadas, assim como respeitarem as outras pessoas acima de suas diferenças, conhecendo histórias de civilizações e a riqueza da cultura africana na formação da sociedade brasileira.

A RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, tem como objetivo geral para a Educação Infantil:

Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações. [...] Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social. Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração. Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação. [...] Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p. 63).

O sistema educacional deve desconstruir mitos de inferioridade e superioridade acerca de raças, o que foram internalizados pela cultura racista, excluindo essa educação eurocêntrica, ensinando as crianças a reconhecer e a valorizar a diversidade existente.

Na Educação Infantil a Educação Física pode ser usada com expressividade do movimento, assim as crianças podem utilizar diferentes formas para se comunicar, por exemplo nas posturas, nos ritmos e nos gestos.

A Educação Física irá contribuir com o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, pois, permite que a criança se desenvolva integralmente, e não apenas a mente ou o corpo.

Sobre a finalidade da Educação Física na Educação Infantil:

“É necessário que contribua com a pluralidade cultural, permitindo que os alunos desfrutem das diversidades de seu país e mundo; solucionem problemas de ordem corporal, em diferentes contextos; conheçam a diversidade de padrões de saúde,

beleza e estética corporal, conquistem seu direito de cidadania ao reivindicarem espaços e projetos adequados para atividades corporais de lazer; bem como, reconheçam as condições apropriadas de trabalho, que não prejudiquem sua saúde.” (TOLEDO, 1999, p.59)

Com atividades prazerosas, a Educação Física proporciona a criança a oportunidade de interagir com objetos, com situações e pessoas que a prepararão para a vida em sociedade. O movimento humano permite que as crianças expressem seus pensamentos, sentimentos e emoções.

Desse modo, é importante trabalhar nessa fase com danças, brincadeiras de faz de conta, brincadeiras de roda, brinquedo cantado envolvendo o movimento e o conto ao mesmo tempo.

Em geral, na Educação Infantil o ambiente precisa proporcionar a exploração de movimentos e descobertas. Atividades que favoreça o lúdico, o desenvolvimento da criança, as expressões corporais, a imaginação e a musicalidade.

O professor deve refletir sobre as solicitações corporais das crianças e sua atitude diante das manifestações da motricidade infantil, compreendendo seu caráter lúdico e expressivo. Além de refletir acerca das possibilidades posturais e motoras oferecidas no conjunto das atividades, é interessante planejar situações de trabalho voltadas para aspectos mais específicos do desenvolvimento corporal e motor. (BRASIL, 1998, p.38)

O movimento na Educação Infantil é uma linguagem muito importante, pois auxilia no desenvolvimento integral da criança, promove descobertas em seu próprio corpo, favorece a interação das crianças com o meio social e físico, proporciona capacidades, limites em relação aos outros e na construção de conhecimentos, sendo fundamental para a autonomia da criança.

A Educação Física antirracista tem por objetivo uma reivindicação, a fim de uma reparação histórica, sabendo incorporar os movimentos negros nas aulas, a fim de reafirmar a diferença na cultura corporal, no enfrentamento no combate ao racismo e as desigualdades.

O mais importante é o professor nunca se omitir frente a uma situação de discriminação e exclusão que possa acontecer nas aulas, por exemplo, quando uma criança que não quer pegar na mão da outra, ou só quer fazer as atividades com outra criança branca, usar apelidos diminutivos e ofensivos, dessa forma eliminando o preconceito existente.

A infância é o período em que as pessoas iniciam a construção de acreditar no próprio potencial, onde começam a aprender a valorizar a diversidade, respeitar o próximo, sendo a escolarização uma bandeira de luta para a população negra.

Portanto, é essencial trabalhar a cultura negra, vivenciando os valores através da identidade e da cultura, tornando necessário ensinar nossas crianças a viverem nessa

sociedade, tornando-as pessoas críticas, que lutam cada vez que se manifesta um preconceito a fim de diminuir as diferenças raciais e sociais. Assim, cultivando o respeito das culturas, principalmente da herança africana que é tão discriminada na formação do nosso país.

3.0 - Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.

Com base na Lei 10.639/2003 que incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, nos currículos da Educação Básica, de forma a combater o racismo, o preconceito e a exclusão, como, promovendo a educação antirracista e a igualdade racial.

A Lei é considerada um avanço significativo nas lutas pela igualdade étnico-racial, pois é um tema muito valioso e que deve estar no currículo das redes de ensino. É de extrema importância valorizar a cultura africana e afro-brasileira, pois é a base do nosso país.

Neste capítulo serão apresentados os resultados encontrados a respeito da temática abordada, juntamente com um breve conceito e explanação sobre o que é uma pesquisa bibliográfica e sua importância para uma pesquisa científica. Tais dados serão apresentados através de pesquisa documental e revisão bibliográfica da literatura brasileira.

3.1 - Pesquisa bibliográfica e documental

Segundo Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica busca

[...] resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica [...]

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade da pesquisa científica que está inserida no meio acadêmico com a finalidade de aprimorar e atualizar o conhecimento, analisando através de obras científicas já publicadas.

Para a realização de uma pesquisa bibliográfica, o autor deve ler, refletir, estudar e analisar os fundamentos teóricos, deve organizar as obras selecionadas para a construção da pesquisa.

Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica se realiza por:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Se tornando então um conjunto de informações, servindo como base teórica da pesquisa, sendo uma etapa fundamental do trabalho, baseando todo o trabalho em teses, livros, artigos e outros documentos publicados que ajudam a solucionar o problema investigativo do autor.

Na seleção das fontes o pesquisador deve assimilar as partes da obra ou por completo, que refletem no desenvolvimento do objeto, deve ter uma leitura crítica e cuidadosa para explorar o material bibliográfico, justificar de acordo com as obras e se importante citando no corpo do texto.

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, são dados e informações que não foram tratados analiticamente e serve como um rico complemento para a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, tais como tabelas estatísticas, relatórios, jornais, revistas, documentos oficiais e outros. Permite fazer análises qualitativas sobre determinado fenômeno, também é possível fazer análise quantitativa, quando se analisam bancos de dados com informações numéricas.

Nesse sentido, Meneses 2003, p.29 define documento como “[...] aquilo capaz de fornecer informações a uma questão do observador, qualquer que seja sua natureza tipológica, material ou funcional”.

Na pesquisa documental o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados na pesquisa. Ele relata os dados após concluído.

Também pode ser utilizado como documentos fotografias escolares, lista de matrículas, atas de exames, questionários, leis, ofícios, portarias, diários, notas de compras.

“[...] uma caderneta de despesas de uma dona-de-casa, um programa de teatro, um cardápio de restaurante, um folheto de propaganda são documentos históricos significativos e reveladores de seu momento” (Borges, 1994, p. 61).

É necessário também localizar as fontes, se são seguras e se estão em sites e revistas conhecidas.

3.1.1 Abordagem da pesquisa.

A abordagem qualitativa ou quantitativa está relacionada com a natureza da pesquisa e a sua dimensão epistemológica. Para escolher qual abordagem a ser seguida, devesse considerar alguns pontos: quais são os objetivos traçados na pesquisa, qual o método escolhido e a validação dos dados.

A pesquisa quantitativa não deve ser vista como o oposto a pesquisa qualitativa, mas sim como um complemento. Muitos pesquisadores acreditam que somente dados numéricos conseguem justificar uma abordagem quantitativa, desconsiderando assim, as ciências e as epistemologias.

De acordo com Chizzotti podemos delimitar as pesquisas pelo tipo de análise e pelos dados coletados:

Quantitativas: preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz.

-Qualitativas: fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta. (2003, p. 52)

A pesquisa se classificará de acordo com a utilização de técnicas estatísticas. Portanto, se o objetivo da pesquisa for analisar e avaliar como os dados se distribuem no espaço amostral, essa será de abordagem quantitativa, e se for classificar um determinado grupo de observações, será de abordagem qualitativa.

Silveira em 2004 comparou a abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos, o objetivo é na coleta e análise de dados e focaliza em uma pequena quantidade de conceitos, enquanto a abordagem qualitativa focaliza em conceitos específicos, coleta dados sem instrumentos formais e analisa as informações de uma forma organizada e mais intuitiva.

A abordagem quali quantitativa mescla as duas abordagens, sendo uma parte qualitativa e uma quantitativa. Primeiro é conduzida a fase qualitativa para compreender o fenômeno, depois é aplicada a parte quantitativa, que requer tabulação para compreender os dados. E utilizaremos dessa abordagem na pesquisa.

3.2 – Análise de dados.

Esta pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica, para situar sobre o assunto abordado que é a Lei 10.639/2003 e a sua obrigatoriedade nas escolas de Educação Básica, a lei visa

incluir no ensino a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira a fim de, ressaltar a sua importância para nossa sociedade.

Visto que, essa parcela da sociedade é muito excluída hoje em dia, devemos deixar claro que os negros também são sujeitos formadores da cultura brasileira, construindo relações étnico-raciais desde a Educação Infantil.

Utilizamos também documentos norteadores como a LDB/1961 que condena qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça.

O problema investigativo da pesquisa é de como as relações étnico-raciais auxiliam na formação das crianças com identidade Afro-Brasileira na Educação Infantil e dialogam com a Cultura Corporal.

Traçamos objetivos específicos a serem alcançados: entender como a educação para as relações étnico-raciais podem contribuir na formação das identidades Afro-Brasileiras na Educação Infantil a partir de um olhar decolonial; identificar como a EF tem abordado pedagogicamente a obrigatoriedade do ensino da história e da Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil; analisar como os documentos pedagógicos adotados pela instituição orientam o planejamento das aulas de EF a partir da valorização da diversidade étnico-racial.

Para que os objetivos da pesquisa sejam contemplados tanto para negar quanto para afirmar as possíveis contribuições da Cultura Africana e Afro-Brasileira na formação sociocultural das crianças, realizamos um levantamento de artigos em periódicos da Educação Física e buscamos analisá-lo frente ao tema aqui em discussão.

Neste sentido, optou-se pelo procedimento de coleta de dados a partir de análise em periódicos da Educação Física, tais como: Revista Pensar a Prática, Revista Motrivivência, Revista Motriz e Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

O critério de escolha dessas revistas é por serem referências na área da Educação Física. Os artigos deveriam citar a Lei 10.639/2003; as relações étnico-raciais; Educação Infantil ou Ensino Fundamental; Cultura Africana ou Afro-Brasileira. Foram selecionados ao todo 11 artigos.

A partir de um recorte temporal dos anos de 2010 a 2021, sete anos após a obrigatoriedade da aplicação da lei nas escolas de educação básica, a fim de perceber se está sendo válida e quais seus benefícios.

O foco eram artigos que trabalhassem a Lei na Educação Infantil, visto, porém, que a quantidade de trabalhos nessa área, são muito poucos, tendo assim, que ampliar o foco da pesquisa até o Ensino Fundamental.

Os artigos foram procurados nas revistas pelas seguintes palavras chaves: identidade racial; afro/afra; etnia/étnico/ cultura; lei 10.639/2003; relação étnico-racial.

O artigo coletado da Revista Pensar a Prática foi: *Currículo, educação física e marabaixo: fundamentando caminhos para inserção da cultura afro-brasileira na escola do Amapá*, Bruna Gonçalves et al, 2019.

A partir da análise realizada na revista Motrivivência, foram selecionados os seguintes artigos: *A capoeira na escola e na Educação Física*, Vinicius Melo, 2011. *Caleidoscópio: o olhar dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre para as questões étnico-raciais*, Gabriela Bins et al, 2016. *A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-PA*, Jonatha Bugarim et al, 2020. *Educação física; Dança; Cultura afro-brasileira*, Karolainy Santos et al, 2020. *Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira*, Fabiana Pomin et al, 2020.

Além disso, foram efetuadas pesquisas na Revista Motriz, onde foram selecionados os artigos: *Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito*. Flavia Motta et al, 2019. *Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professora*, Luciana Alves, et al 2018.

Por fim foi realizado pesquisa no Sistema Online de Apoio a Congressos. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Foram selecionados os artigos: *A Educação Física na Educação Infantil: mapeamento de questões étnico-raciais e de gênero no município de Cariacica-ES*, Ueberson Almeida et al, 2021. *Resistência da Educação Infantil: a história de Sophia*, Alessandra Raimundo et al, 2019. *Significação das experiências de estágio na Educação Física: os elementos da cultura de matriz Indígena e Africana na Educação Infantil*, Debora Nascimento et al, 2015.

O Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte tem grande relevância na estrutura dessa pesquisa por ser o maior Congresso que aborda as temáticas da Educação Física. A princípio foi pesquisado no GTT escola e GTT corpo e cultura, porém, os artigos encontrados foram especificamente no GTT escola.

Neste sentido, segue abaixo os quadros elaborados com os principais dados dos artigos encontrados no decorrer da pesquisa bibliográfica. Que foi utilizado como suporte para auxiliar a análise dos dados.

3.2.1 - Revista Pensar a Prática.

Artigo 1

REVISTA	Pensar a prática
TÍTULO	Currículo, educação física e marabaixo: fundamentando caminhos para inserção da cultura afro-brasileira na escola do Amapá
AUTOR(RES)	Bruna Cardoso Gonçalves; Paulo Magalhães Monard Nascimento; Alvaro Adolfo Duarte Alberto
PUBLICAÇÃO	Março/2019
PALAVRAS CHAVES	Marabaixo. Educação Física. Currículo.
RESUMO	O Marabaixo é uma manifestação cultural afro-brasileira do Estado do Amapá que representa um movimento de resistência/luta contra a opressão da população negra. O presente artigo objetivou analisar caminhos para superação da ausência/secundarização do Marabaixo nas aulas de Educação Física no Amapá, tendo como referência os estudos curriculares e as identidades da Educação Física brasileira. Identificamos que o desafio de incluir o Marabaixo como conteúdo de ensino da Educação Física nas escolas do Amapá pode ser enfrentado pela perspectiva que reconhece que os objetivos deste componente curricular estão centrados nos sentidos e significados das manifestações corporais enquanto patrimônio cultural da humanidade.

O conceito de relações étnico raciais e cultura africana e afro-brasileira na Revista Pensar a Prática se dá através de manifestações culturais, como é o caso da inserção do marabaixo nas aulas de Educação Física, a fim, de relatar aos alunos a importância dessa cultura em nossa sociedade, visto que, é muito conhecida em Macapá.

Segundo Gonçalves et al 2019, os autores buscaram acrescentar na Educação Física escolar de Macapá-Amapá o marabaixo, uma tradição advinda das populações negras que viveram no Amapá como escravos. É uma dança coletiva, executado em roda com giros no sentido anti-horário, tem um passe básico que é o movimento dos pés arrastados, seguindo do outro no chão, com bastante molejo no quadril.

A dança simboliza como os escravos dançavam com os tornozelos presos por correntes. Representam luta e resistência contra as formas de opressão. Os currículos escolares funcionam como uma cópia do capitalismo, transmitem valores, crenças e modo de vida do grupo social economicamente dominante, e então, criam mecanismos que reproduzem a estrutura básica da sociedade.

Sempre que pautam a população negra no currículo escolar, subjulgam como um elemento folclórico, que tem um caráter mítico, assim, com um menor valor no contexto educativo.

Ainda segundo Gonçalves et al 2019,

“incluir a cultura afro-brasileira nos currículos educacionais é promover uma proposta que almeja o reconhecimento da diversidade e da cultura marginalizada. Englobar as danças populares de matriz africana nas aulas de Educação Física é uma boa oportunidade de valorizar a cultura negra brasileira, estabelecendo também relação entre jovens e crianças de culturas diferentes.” (2019, p. 7)

Inserir o marabaixo como conteúdo de ensino nas escolas, e principalmente na região do Amapá, pode contribuir para divulgar e legitimar a história desse povo. As manifestações culturais africanas devem ser conhecidas, valorizadas e respeitadas, essa dança como conteúdo na escola pode representar a visibilidade a luta, os preconceitos relacionados a esse tipo de cultura e a superação de estereótipos.

Gonçalves et al 2019, cita ETO e NEIRA 2017:

Os objetivos pedagógicos dessas experiências estavam voltados a aproximar os alunos das práticas corporais relacionadas aos grupos minoritários, questionar preconceitos e promover a igualdade entre grupos sociais e culturais. As atividades didático-pedagógicas, para além do ensino de técnicas de elementos motores, basearam-se em visitas a espaços de referência, pesquisas, atividades extraclasses, recepção de grupos e pessoas com contato íntimo com as práticas corporais tematizadas, rodas de conversas, além da produção pelos alunos de painéis de exposições (ETO; NEIRA, 2017, p. 588).

Portanto, é necessário garantir que a cultura afrodescendente seja reconhecida e valorizada para a construção da cultura brasileira, dando voz a esse povo, pois é quase inexistente nos currículos educacionais, conteúdos com a cultura africana e afro-brasileira, visando a superação de discriminações e preconceitos.

De acordo com o texto, é fundamental eleger a democratização de práticas corporais de grupos marginalizados como meta do processo educacional. Permitir que os alunos reconheçam o preconceito e o racismo denunciados nessas manifestações culturais e principalmente conheçam suas histórias de luta.

3.2.2 – Revista *Motrivivência*.

Artigo 1

REVISTA	Motrivivência
TÍTULO	A capoeira na escola e na Educação Física
AUTOR(RES)	Vinicius Thiago Thiago Melo
PUBLICAÇÃO	Dezembro/2011
PALAVRAS CHAVES	Capoeira, Educação e Educação Física
RESUMO	Este é um ensaio de revisão bibliográfica que aborda a temática da capoeira na Escola e na Educação Física. A análise de alguns documentos oficiais demonstra que a capoeira estabelece relações concretas com a questão da educação das relações étnico-raciais e com a disciplina Educação Física. No entanto, verifica-se que nem sempre esta modalidade é reconhecida pelas suas possibilidades de participação no processo educativo, mas sim, em uma perspectiva secundária de compensação das tensões da sala de aula e auxílio no controle do comportamento e disciplina dos alunos. Assim, procurou-se refletir e fazer alguns apontamentos sobre o modo pelo qual esta prática cultural tem sido tratada na escola e na Educação Física.

Artigo 2

REVISTA	Motrivivência
TÍTULO	Caleidoscópio: o olhar dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre para as questões étnico-raciais
AUTOR(RES)	Gabriela Nobre Bins; Vicente Molina Neto
PUBLICAÇÃO	Setembro/2016
PALAVRAS CHAVES	Educação Física; Relações Étnico-raciais; Professor
RESUMO	O artigo apresenta a análise das respostas dos professores de educação física da rede municipal de Porto Alegre a um questionário sobre as questões étnico-raciais. Através de análises quantitativas e qualitativas, traça um perfil do que pensam os professores da rede sobre esse assunto.

Artigo 3

REVISTA	Motrivivência
TÍTULO	A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-PA
AUTOR(RES)	Jonatha Pereira Bugarim; Maria da Conceição Pereira Bugarim; Andréia do Socorro de Andrade da Costa; Rayná Benedita Sabóia de Oliveira
PUBLICAÇÃO	Junho/2020
PALAVRAS CHAVES	Lei 10.639/2003; Educação afro-brasileira; Educação física
RESUMO	<p>Esta pesquisa tem como objetivo analisar como está sendo implementada a lei 10.639/2003 pelos professores de educação física no município de Tucuruí/PA. A metodologia utilizada caracteriza-se como uma pesquisa de campo que se constitui de uma abordagem quali-quantitativa com caráter exploratório e descritivo. Como instrumento de coleta de dados utilizamos o questionário estruturado com sete questões fechadas e relacionadas ao tema para professores de educação física das três escolas selecionadas para este estudo, todos de acordo com a legislação assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os resultados mostraram que referente ao saber da lei 10.639/2003, apenas 20% dos participantes afirmaram conhecer esta lei, 95% acreditam que o PPP da escola não contempla a discussão desta temática, fator que contribui para o preconceito racial na educação básica, que teve 70% de reconhecimento a existência no cotidiano das escolas brasileiras. Diante da pesquisa realizada, constatou-se que a lei 10.639/2003 vem sendo pouco ministrada no cotidiano das escolas municipais contempladas. Os trabalhos realizados que abrangem a presente temática são abordados apenas na semana da consciência negra. Este estudo teve como referência artigos publicados em revistas científicas, Google acadêmico e sites de pesquisa acadêmica.</p>

Artigo 4

REVISTA	Motrivivência
TÍTULO	A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar

AUTOR(RES)	Karolainy Benedet dos Santos; Bruna Carolini De Bona; Patrícia Laura Torriglia
PUBLICAÇÃO	Junho/2020
PALAVRAS CHAVES	Educação física; Dança; Cultura afro-brasileira
RESUMO	O artigo tem como objetivo analisar a abordagem ou não da cultura afro-brasileira, por meio da dança nas aulas de Educação Física, pelos professores do Ensino Fundamental I das quatro escolas municipais de Santa Rosa do Sul –SC que atendem este nível de ensino. O período da pesquisa se deu entre julho de 2018 a junho de 2019 e foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, a partir de um questionário, com sete professores da rede. Constatou-se que há, em parte, a abordagem da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental I. Porém, se evidencia a descontinuidade do planejamento, resultando em ações soltas e descontextualizadas durante as aulas. A abordagem da dança afro-brasileira como forma de conhecimento não foi evidenciada e os professores pouco compreendem sobre o conteúdo dança ou cultura afro-brasileira.

Artigo 5

REVISTA	Motrivivência
TÍTULO	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira
AUTOR(RES)	Fabiana Pomin; Lucas Santos Café
PUBLICAÇÃO	Dezembro/2020
PALAVRAS CHAVES	Educação física; Educação para as relações étnico-raciais; Capoeira
RESUMO	Este artigo aborda diálogos possíveis entre a Educação Física e a diversidade étnico-racial brasileira, de acordo com as indicações legais. Esse processo se deu pela análise das ações desenvolvidas pelos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, em consonância com as leis 10.639/03 e 11.645/08, sobretudo, as práticas desenvolvidas em torno da capoeira, analisando se acontece a partir de uma perspectiva emancipatória ou estereotipada. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e qualitativo, realizada por meio de

	<p>questionário para mapeamento de ações desenvolvidas pelos professores. A análise de dados deu-se por leitura flutuante e análise de conteúdo. Participaram 52 professores. Conclui-se que se insiste positivamente no conteúdo étnico-racial no campo da cultura corporal de movimento como condição elementar para que professores trabalhem à luz da história e da ação interdisciplinar os desafios propostos pelas citadas leis. Observou-se um aumento de ações educativas em torno a cultura e história negra, africana e indígena na graduação dos docentes; e um sólido posicionamento social, histórico e étnico-racial nas ações que se apropriam da capoeira para o tema Educação para as Relações Étnico-Raciais na escola.</p>
--	--

Os artigos da Revista Motrivivência falam da importante contribuição das manifestações culturais de cunho africano dentro das redes de ensino básico, como por exemplo a importância da Capoeira e das Danças africanas e afro-brasileiras. E como está sendo implementada a Lei 10.639/2003 dentro das escolas, através de questionário com os professores.

Conforme Melo 2011 no artigo 1, o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira na conjuntura escolar dará uma nova visão a comunidade afro-brasileira, é um grande passo para transformar a escola em um ambiente de respeito à pluralidade cultural e étnica e em uma sociedade mais democrática.

O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, se desenvolve através de atitudes estabelecidas pelas instituições de ensino, onde amplia os conteúdos, as atitudes e os valores. Dessa forma, as escolas têm autonomia para a implementação da lei dentro das instituições.

As diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais são orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação. Este documento estabelece que “o ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outros” (CP/CNE nº 3/2004).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíram a capoeira como uma proposta curricular da Educação Física, isso se deu por ter um aspecto de jogo/luta. Porém estão modificando-a. A capoeira, antes conhecida por sua musicalidade, poesia, oralidade, dança e

linguagem corporal, está sendo restringida dentro das instituições por preconceitos religiosos, dessa forma, transfigurando a capoeira originária.

A capoeira e sua trajetória histórica, antes marcada pela perseguição e repressão, como vivia os escravos, hoje goza de aprovação social. A capoeira dentro de alguns espaços teve seus conteúdos ressignificados, o que a distanciou do seu valor inicial.

Portanto, ainda segundo o autor Melo 2011, quando tratar de elementos históricos como a capoeira nas escolas, não se pode separar a história da prática, pois poderá agregar valores que não condizem com o verdadeiro significado da manifestação cultural, como no caso da capoeira que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

Os cursos de formação em Educação Física não são capazes de garantir uma capacitação específica para a capoeira, assim, observa-se que os profissionais que incluem esta modalidade em suas aulas, tiveram formação específica no meio capoeirístico.

Sendo assim, considera-se que a oferta desta modalidade na universidade com disciplinas adicionais optativas e/ou atividade extracurricular pode ser uma contribuição significativa para melhorar a formação e capacitação dos educadores físicos no que se refere à temática da capoeira. Entretanto, deve-se atentar para a necessidade de se estabelecer um diálogo entre as disciplinas da grade curricular e estes cursos de extensão. (MELO, 2011 p. 196)

Dessa forma, o professor pode intermediar o processo de inserção da capoeira na escola, como em participação em eventos, ou convidando capoeiristas da comunidade local para ir nessas escolas desenvolver essa prática, assim, valorizando essa cultura.

De acordo com Bins et al 2016 no artigo 2, foi feita uma pesquisa onde procurou analisar quais professores da SMED (Secretária Municipal de Educação) de Porto Alegre tinham conhecimento sobre a lei 10.639/2003 onde obriga a educação básica de ensino, estudar a cultura africana e afro-brasileira.

Foram entrevistados 131 professores, desses 70 eram mulheres e 61 homens. Quando perguntado se tinham conhecimento de políticas públicas para as relações étnico-raciais, foram diversas as respostas, entre eles, 50 não conhece nenhuma política pública ou não quiseram responder e 80 professores reconhecem.

“Ao falarem sobre como essas políticas se refletem em suas práticas pedagógicas, os professores apresentam várias formas de reflexos. Os que citaram as cotas (tanto as cotas para concursos públicos quanto aquelas para ingresso na universidade) apontaram diversas maneiras em que as políticas podem afetar a sua prática. As mesmas foram agrupadas em 11 grupos. O primeiro grupo foi de respostas que apontam para a inexistência de um reflexo, seja por alegarem não trabalhar com ensino superior, pelo fato de nossos alunos não vislumbrarem essa possibilidade, por trabalhar em uma escola especial ou por falta de formação. Nesse grupo, inclui-se a resposta de 15 professores. No segundo grupo, agrupamos as respostas que

vislumbram a possibilidade de informar os alunos sobre essas políticas, alertando-os para os seus direitos e incentivando-os a prosseguirem estudando.” (BINS et al, 2016, p.287)

Quando perguntado se conhecem a lei em específico 93 professores disseram que sim enquanto 38 não conhecem, relacionando com a pergunta anterior, entende-se que não percebem a lei 10.639/2003 como uma política pública.

Por último foi perguntado aos professores se eles trabalham algum elemento da cultura corporal afro ou indígena em suas aulas, as respostas foram bem similares dos 131 professores entrevistados, 63 responderam que trabalha, 60 que não, 7 não responderam à questão e 2 não soube identificar se trabalha ou não.

Dessa forma, de acordo com o autor Bins et al 2016, percebe-se que a lei chega em muitos professores, mais da metade conhece a lei e trabalham com algum elemento corporal da cultura afro e indígena. Assim, muitos professores demonstram interesse e preocupação com as questões étnico-raciais.

Se em um primeiro momento, no pensamento do senso comum, essa temática parecia estar ausente das preocupações dos professores de educação Física, esta pesquisa mostrou que a realidade não é exatamente essa. Muitos professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre manifestaram interesse e preocupação com as questões étnicas e vários deles já realizam algum trabalho, sistemático ou não, que abrange essas questões. (BINS et al, 2016, p.297)

Sendo assim, a Educação Física tem um grande potencial para contribuir em relação as questões étnico raciais, produzindo outros sentidos e significados que favoreça a formação de sujeitos menos preconceituosos.

Bugarim et al 2020 no artigo 3, procurou verificar se a proposta da lei no que tange a implementação da história e cultura afro-brasileira estão tendo efeito no âmbito escolar, promovendo uma cultura de inclusão e igualdade.

“A busca pelo respeito e liberdade desse povo que foram arrancados de seus locais de origem é essencial, essa promoção ou conquista vieram acompanhadas da inserção desses conteúdos nas escolas, pois farão com que os alunos reconheçam que as diferenças entre negros e brancos sejam tidas como natural (HENRIQUE, 2005)

Participaram da pesquisa professores de Educação Física que atuam no ensino fundamental II de três escolas municipais em Tucuuruí-PA. Quando questionados sobre o conhecimento da lei 10.639/2003, 80% dos professores relatam já ter escutado sobre a lei 20% tem conhecimento de sua importância e 20% não conhecem e nunca ouviram falar.

Sobre já terem participado de cursos de formação continuada nas relações étnico-raciais 60% disseram já ter participado, enquanto 40% nunca ficou sabendo da

disponibilidade. Quando perguntado sobre a discriminação racial na escola, 70% dos docentes já perceberam isso antes e 30% acreditam não existir o preconceito.

Para Bugarim 2020, os materiais didáticos mais utilizados para trabalhar essa cultura nas escolas pesquisadas, em primeiro lugar foram os livros, seguido de vídeos, músicas, danças e jogos. Percebendo, que há uma grande variedade de instrumentos que podem proporcionar esse conteúdo, sendo um ponto importante os conteúdos africanos e afro-brasileiros estarem inseridos nos livros, por ser um grande norteador do ensino em sala de aula.

Durante sua pesquisa, se tornou notório o que fundamentou sua percepção sobre como muitos professores do ensino regular ainda não tem acesso e ou informação sobre a lei em vigor, sendo necessário mais estudos relacionados ao tema.

A pesquisa aponta que são necessários mais estudos relacionados ao tema, que o poder público deveria gerar mais ações para capacitar os professores e profissionais de educação de modo que eles possam vivenciar de forma geral o exercício da lei 10.639/2003 eliminando o preconceito racial e respeitando as diferenças.

Santos et al 2020, no artigo 4 realizou uma pesquisa de campo entre julho de 2018 a junho de 2019. O objetivo geral do estudo era analisar a abordagem ou não da cultura afro-brasileira, por meio da dança, nas aulas de Educação Física pelos professores do Ensino Fundamental 1.

Os dados foram coletados a partir de um questionário feito em quatro escolas públicas de Santa Rosa do Sul em SC. Se tratava de um questionário aberto com 17 questões, sendo nove de identificação, quatro sobre o conhecimento do conteúdo de cultura e história afro-brasileira nas aulas de EF. E quatro sobre o conhecimento da dança nas aulas de EF.

Seriam entrevistados oito professores, dois de cada escola, porém um não respondeu o questionário, alegando não ter condições por ser o seu primeiro ano de atuação. Os entrevistados foram marcados da letra A-F de acordo com a entrega dos questionários.

Quando questionados sobre a cultura afro-brasileira no currículo escolar, dos sete professores participantes, seis responderam que o conteúdo está no currículo escolar, citando inclusive a Base Nacional Comum Curricular que é um documento nacional que define os aprendizados mínimos essenciais aos alunos brasileiros. Um professor não soube responder à questão.

Porém, três dos sete professores que já conhecem o conteúdo no currículo escolar, não trabalham o tema na escola. Dos outros quatro professores, um já ensinou sobre o conteúdo de capoeira, outro realizou um festival de dança afro com os alunos, o terceiro trabalhou com

jogos e brincadeiras tradicionais do contexto africano, citando Escravos de Jó. E o último não soube responder mostrando que não sabia qual conteúdo entraria na cultura africana ou afro-brasileira.

“Dos professores desta pesquisa que desenvolveram esse conteúdo, 24 relataram havê-lo feito individualmente, enquanto 13 disseram ter desenvolvido um projeto entre todos os professores de Educação Física, e 5 com professores de outras áreas (Ensino Religioso, Artes e Ciências). Ainda foram relatadas algumas parcerias que envolveram o setor pedagógico e a ação conjunta entre as anteriormente descritas, mas majoritariamente o trabalho ocorreu de maneira individual.” (SANTOS et al, 2020, p. 18)

Houve o relato de um professor que iniciou esse assunto em suas aulas com a finalidade de trabalhar a cultura corporal englobada na cultura afro-brasileira, porém não obteve sucesso, já que, o município havia solicitado os professores de Educação Física para treinar os alunos para uma competição, onde evidencia os melhores atletas, enaltecendo o município, ano antes a eleição.

Ainda de acordo com Santos et al 2020, considera-se, um entrave na organização pedagógica do professor e na ampliação de conteúdos, onde os alunos teriam acesso a cultura corporal, inclusive da dança afro-brasileira.

“os conteúdos são conhecimentos necessários à apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas”. Para essa concepção é fundamental que os conteúdos de um programa de Educação Física escolar sejam selecionados baseados na proposta pedagógica da escola e na realidade social que essa escola está inserida, observando a relevância social do conteúdo para estes alunos.” (SOARES et al, 2012, p. 64)

Também foi questionado aos professores a importância da dança nas escolas e nas aulas de Educação Física e como podia relacionar com esse conteúdo. Foi comentado por eles que a dança seria importante para ajudar o aluno a vivenciar diferentes movimentos do corpo, auxiliando no seu desenvolvimento, outro citou sobre seu benefício psicológico, motor e cognitivo. Foi então percebido que enxergam a importância para o desenvolvimento motor e outros citados, porém alguns aspectos são deixados de lado.

Portanto, foi compreendido que dos seis que responderam ter conhecimento sobre a cultura afro-brasileira no currículo escolar, somente dois realmente trabalhou e dialogou sobre o tema na escola, sabendo também da importância da dança para os alunos.

“Quando questionados sobre a finalidade do conteúdo e a forma como abordou o tema de história e cultura afro-brasileira, somente dois professores deixaram claro que trabalharam a história de forma crítica e que o conteúdo tinha uma finalidade, não somente atividades “soltas.” (SANTOS et al, 2020, p.17)

Constatou-se por fim, que em parte conhecem sobre a abordagem da cultura afro-brasileira na escola, mas fica evidente uma falta de planejamento dos professores em abordarem o tema, e uma falta de estudo continuado.

No artigo 5 Pomin, 2020, et al, decidiu mapear as ações que estão sendo desenvolvidas pelos professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, e verificar a relação estabelecida pelos que fazem uso da capoeira, procurando saber se é a partir de uma perspectiva emancipatória ou estereotipada.

A perspectiva estereotipada está relacionada a capoeira como forma de lutas, focada no caráter disciplinatório, trabalhando-a de maneira descontextualizada dos aspectos culturais e sociais. Já a perspectiva emancipatória estaria ligada a abordagem história, cultural e social, articulando com a resistência do movimento negro e a valorização da cultura afrodescendente.

Participaram da pesquisa 52 professores de Educação Física da RME da PMC. A pesquisa se deu entre outubro e dezembro de 2019. Optou-se pelo uso do questionário virtual aplicado.

No questionário havia a solicitação de identidade, como por exemplo o sexo, autodeclaração de raça/cor, tempo de atuação na rede municipal e quais etapas do ensino trabalham. Também foi questionado se o PPP da escola em questão inclui as relações étnico-raciais e as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, se há um eixo para incluir esse conteúdo em suas aulas, qual a formação recebida e o que os motiva fazer o uso desse conteúdo em sua atuação.

Depois de respondido esse questionário, foi enviado um segundo que era específico para quem desenvolve a capoeira como parte do seu conteúdo, foram selecionados 47 professores e somente 17 retornou a resposta. Considerou assim duas hipóteses: a) falta de comprometimento com o andamento da pesquisa ou b) essas pessoas não incluíam o tema em suas aulas e ao serem questionados evadiram a dar respostas.

Sobre a inclusão da Lei 10.639/2003 no PPP da escola que atuam, dos 52 professores entrevistados, 11 responderam não estar incluído, 37 afirmaram que está previsto e 11 não soube responder.

Dos 52 professores questionados 1 respondeu não trabalhar a cultura africana e afro-brasileira em suas aulas enquanto 51 disse trabalhar. Desses, incluem em suas atividades, jogos, brincadeiras, lutas e dança relacionado ao tema.

Foi perguntado se desejariam receber formação sobre essa temática, 19,3% não teve interesse ou não acha necessário,

Sobre o questionário específico do conteúdo de capoeira, onde 17 professores responderam, diversos foram os motivos em trabalhar esse tema: por fazer parte do plano

curricular; pela importância do legado histórico e cultural afro-brasileiro; opção de conteúdo de luta; um meio de trabalhar a Lei 10.639//2003; por ser conteúdo curricular obrigatório na disciplina; como meio de abordar a ludicidade e pela prática do exercício físico.

“Por meio dessas publicações, pode-se observar ações e iniciativas de professores e de órgãos públicos no sentido de implementar e instrumentalizar ações para a inclusão no currículo escolar da história e cultura africana, negra e indígena.” (POMIN et al, 2020, p. 10)

Sendo assim, nesta pesquisa, observou-se que muitos professores afirmaram ter conhecimento sobre o PPP da escola, mostrando o interesse e a consciência dos professores e equipe pedagógica.

Sobre a capoeira, se percebe a valorização e a diversidade étnico-racial por meio de trabalho crítico, mostrando a influência da cultura africana na cultura brasileira.

Quanto à capoeira, o discurso dos professores permite inferir que a inclusão desse conteúdo a partir de uma perspectiva de superação de estereótipos de inferioridade e valorização da diversidade étnico-racial, por meio de trabalho crítico, fazendo um esclarecimento da influência da cultura e na modificação de conceitos “povo escravizado/povo lutador”. (POMIN et al, 2020, p. 20)

O artigo evidencia uma boa oportunidade para os professores se reinventarem em seus papéis atuantes e modificadores, ao se depararem com essa pesquisa estimulando uma reflexão de sua prática.

3.2.3 Revista Motriz.

Artigo 1

REVISTA	Motriz
TÍTULO	Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito
AUTOR(RES)	Flavia Motta, Claudemir de Paula
PUBLICAÇÃO	Junho/2019
PALAVRAS CHAVES	Infância; Raça; Resistência; Lei 10.639; Educação Infantil
RESUMO	Este texto resulta da pesquisa desenvolvida entre 2014 e 2016 numa creche vinculada a uma instituição federal do Rio de Janeiro, que versou sobre os efeitos de uma educação antirracista para a subjetividade das crianças. Partimos da premissa de que as crianças compreendem e reinterpretam o mundo em suas

	<p>interações por meio da cultura de pares. Com este artigo, por sua vez, objetivamos identificar os aspectos decorrentes do Parecer CNE/CP 003/2004, da Lei 10.639/2003 nas práticas educacionais da educação infantil e discutir como as questões raciais influenciam a vivência das práticas pedagógicas nos espaços educativos voltados à primeira infância. O estudo concluiu que, embora a creche analisada se adeque à legislação ao inserir a temática das relações étnico-raciais como tática para a educação, é necessário ainda a presença de um corpo técnico consciente da temática antirracista.</p>
--	--

Artigo 2

REVISTA	Motriz
TÍTULO	Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras
AUTOR(RES)	Luciana Alves; Daniel Teixeira; Winnie Nascimento dos Santos
PUBLICAÇÃO	Agosto/2021
PALAVRAS CHAVES	formação docente; Lei nº 10.639/2003; relações raciais
RESUMO	<p>Este artigo discute dimensões da implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Para tanto, toma como objeto as percepções de professores(as) da educação infantil e do primeiro ciclo do ensino fundamental a respeito das oportunidades formativas relacionadas à temática racial, assim como sobre o trabalho desenvolvido em suas respectivas redes de ensino com vistas ao cumprimento da referida legislação. O acesso às percepções docentes se deu mediante a aplicação de questionários a 3.316 profissionais, seguida da análise dos dados, realizada com base no referencial teórico sobre educação e relações étnico-raciais. As conclusões reforçam a necessidade da oferta de formação continuada aos(as) professores(as) dedicados(as) à infância, além da ampliação de mecanismos de acompanhamento e de avaliação da política educacional relacionada à temática racial na educação básica.</p>

Motta et al, 2019, no artigo 1 realizou uma pesquisa entre 2014 e 2016 em uma creche vinculada a uma instituição federal do Rio de Janeiro, sendo uma das melhores da região. Todos os profissionais ali envolvidos estão empenhados a ofertar o melhor as crianças.

Apostam numa proposta de educação que atendem os pontos legais da legislação, em especial a inserção da temática das relações étnico-raciais, a fim de promover uma geração de adultos menos marcada com as dores do racismo.

O objetivo da pesquisa era de identificar os aspectos decorrentes da Lei 10.639/2003 nas práticas educacionais da Educação Infantil, e como discutir as questões étnico raciais influência nas práticas pedagógicas.

A pesquisa se deu a partir de textos em diálogo, observações de campo, fichas de matrícula, PPP da escola, entrevistas com os profissionais.

O primeiro momento foi na chegada na escola, a maioria dos adultos que levavam as crianças eram brancas, de negro tinha apenas alguns funcionários em cargos simples, dessa forma, como é possível conduzir relações étnico raciais em um espaço onde a maioria são brancos?

Foi possível observar o não dito várias vezes, nas fichas de matrícula onde não solicitavam a informação cor/raça, nos projetos de trabalho, nas ações pedagógicas que embora trabalhassem a diversidade, não enfatizavam nas questões de racismo e nas interações entre pares.

“Digno de nota é a oferta de bonecas negras presentes nos brinquedos da escola. Para educação antirracista, é fundamental a presença delas como opção de reconhecimento e valorização das crianças negras. Deixadas à disposição, entretanto, sem uma ação que afirme seu valor e sua beleza, perdem o sentido antirracista desejado. Isso ficou comprovado ao ser verificado que a única aluna negra da sala não era plenamente aceita pelas outras crianças. Ela tentava se enturmar, porém era constantemente excluída ou tinha o brinquedo retirado de sua mão por outras crianças.” (MOTTA et al, 2019)

De acordo com Motta et al 2019, tinham uma quantidade considerável de bonecas negras entre os brinquedos, isso é importante para a valorização da criança, porém as crianças brancas até pegavam na boneca negra mais em questão de segundos soltava, apenas uma criança negra pegou a boneca negra e brincou com ela, questionada sobre aquilo, ela respondeu que aquela era mais bonita e legal.

Era nítido que as crianças entendiam a percepção de diferentes cores, especialmente a preta, as questões ligadas a pele e o cabelo eram percebidas pelas crianças como marcadores de cor/raça.

Verificou-se que a única aluna negra da sala não era plenamente aceita pelas outras crianças, ela tentava se enturmar, porém era constantemente excluída ou tinha seu brinquedo pegado.

Para a educação antirracista, é fundamental a presença de brinquedos, teatros como opção de reconhecimento e valorização das crianças negras. A participação engajada dos professores negros acrescentava dinamicidade ao debate. Na sala de uma professora negra havia uma boneca negra chamada Beatriz, a professora dizia ser sua filha, como ela dava muito carinho a essa boneca, as crianças cuidavam constantemente dessa boneca e viviam com ela no colo.

“A participação engajada de professores negros na creche acrescentava dinamicidade ao debate. Especificamente, a ação desses docentes produzia efeitos de dizer que se contrapunham ao não dito racista.” (MOTTA et al, 2019)

Percebe-se assim, que as crianças entendem o que os adultos fazem, como a professora a tratava bem, todas as crianças também tratavam. Já nas outras salas onde não existia ação positiva da docente, as bonecas negras não faziam sucesso.

Há que se mobilizar todos os envolvidos no processo. Construir um projeto de dizer antirracista que se materialize no fazer cotidiano dos professores, técnicos e crianças.

No artigo 2, Alves et al, 2021, realizou uma pesquisa com base na aplicação de questionário a professores, coordenadores pedagógicos, diretores e vice-diretores, todos esses atuantes em escolas de educação infantil e de ensino fundamental I, em diferentes regiões brasileiras. Para entender se vem dando a implementação da Lei 10.639/2003 no âmbito educacional.

O instrumento de coletas foi dividido em 4 seções, composto por questões abertas e fechadas. A primeira questão era pessoal, a fim, de identificar termos sociodemográficos, a segunda questão sobre os níveis de instrução dos participantes, a terceira sobre o acesso à internet e equipamentos de informática e a quarta sobre a implementação da Lei 10.639/2003 nas percepções docentes.

Desses, o total de ambos os sexos de cor branca eram de 38,9%, na cor negra, se deu o total de 30,6%, parda 28,8%, amarelo 0,88% e indígena 0,36%. A maioria dos participantes eram mulheres, sendo um percentual de 95,2%.

Indagados sobre a realidade da escola em relação a implementação da Lei, 46,6% acreditam que o desejo por abordarem a temática racial em suas aulas, se dá por iniciativas individuais. Desses, quase a mesma quantidade alegam também, que essa temática está presente no PPP da escola.

Dos coordenadores e coordenadores pedagógicas, 65% nunca participaram de formações em relações étnico raciais, nem da implementação da Lei nas escolas e sobre a cultura africana e afro-brasileira. Um dado surpreendente, já que são esses que ministram reuniões e cobram os temas desenvolvidos pelos professores.

“Se nossa sociedade é marcada estrutural e institucionalmente pelo racismo, a institucionalização de uma nova maneira de educar, voltada para a equidade racial, pressupõe amplo projeto de ressignificação do papel social da escola, bem como das relações estabelecidas dentro e fora dela. Ao que parece, o sucesso de propostas de formação docente, entendido como potencializador de efetivas práticas de Erer junto às crianças, não pode negligenciar o debate mais amplo a respeito das desigualdades raciais.” (ALVES et al 2021)

Com a ausência do aperfeiçoamento profissional, há um impacto negativo nas oportunidades das relações étnico-raciais, visto, que, os professores que não tiveram contato com essa temática, não desenvolvem uma prática alinhada a legislação educacional, sendo possivelmente despreparados para encarar tal tarefa.

Por fim, acrescentam que o poder público desempenha um papel importante na oferta de aprimoramento dos docentes, no qual tem sido falho, dito que, 57% dos entrevistados acreditam que a educação para as relações étnico raciais é insatisfatória ou inexistente em suas redes de ensino.

3.2.4 Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE).

Artigo 1

REVISTA	Conbrace
TÍTULO	A Educação Física na Educação Infantil: mapeamento de questões étnico-raciais e de gênero no município de Cariacica-ES
AUTOR(RES)	Ueberson Ribeiro Almeida; Angélica Caetano da Silva; Ramom Matheus dos Santos e Silva; Alessandra Galve Gerez; Maria Celeste Rocha
PUBLICAÇÃO	Dezembro/2021
PALAVRAS CHAVES	Educação Física; Étnico- racial; Educação Infantil.
RESUMO	Faz um mapeamento do ensino dos conteúdos de matrizes africanas e afro-brasileiras por docentes de Educação Física (EF) na Educação Infantil (EI) do município de Cariacica-ES, a partir das características étnico-raciais e de gênero destes docentes. Realizado em 2020, via questionário online enviado a todos/as

	os/as docentes da Rede, os dados indicam relações entre etnia, gênero e ensino desses conteúdos pelos(as) docentes de EF na EI.
--	---

Artigo 2

REVISTA	Conbrace
TÍTULO	Resistência da Educação Infantil: a história de Sophia
AUTOR(RES)	Alessandra Cristina Raimundo; Dinah Vasconcellos Terra
PUBLICAÇÃO	Setembro/2019
PALAVRAS CHAVES	Étnico-Raciais; Educação Infantil; Educação Física
RESUMO	Trabalho realizado nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, com objetivo de problematizar a história da cultura africana e as representações estéticas negras contribuindo para a desconstrução de visões estereotipadas sobre os corpos negros. Desenvolvido por meio da linguagem literária; oficina das bonecas Abayomi; Jogos e brincadeiras da cultura africana e afro-brasileira. Constatamos mudança nas crianças e nas famílias com atitudes de empoderamento e ampliação de reflexões críticas.

Artigo 3

REVISTA	Conbrace
TÍTULO	Significação das experiências de estágio na Educação Física: os elementos da cultura de matriz Indígena e Africana na Educação Infantil
AUTOR(RES)	Debora Nascimento; Maria Celeste Rocha
PUBLICAÇÃO	Setembro/2015
PALAVRAS CHAVES	Educação Física; Cultura indígena; Cultura africana; Jogos e brincadeiras.
RESUMO	O presente trabalho consiste no relato de nossa experiência com a prática pedagógica da Educação Física na Educação Infantil vivenciada no Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física. A intervenção pedagógica, desenvolvida com uma turma de Grupo V de um CMEI de Vitória-ES, teve como conteúdo os Jogos e Brincadeiras Indígenas e Africanos. A proposta pedagógica em questão se sustentou sobre a concepção Crítico Superadora, elaborada por um Coletivo de Autores (1992). O trabalho justifica-se não só, em função do

	resgate étnico/cultural, mas também, nas possibilidades de ampliação do acervo cultural e no reconhecimento e respeito às diferenças. Iniciamos nossa intervenção a partir da realização de uma análise de conjuntura educacional, observações de aulas ministradas pelo professor, sendo estas documentadas por relatórios semanais, e da construção de plano de ensino.
--	---

No artigo 1 Almeida et al 2021, analisou as políticas educacionais que regulamentam a Educação Física na Educação Infantil nas redes municipais de ensino de Grande Vitória/ES (Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória), porém o que mais houve devolução do questionário foi da região de Cariacica, optando por dialogar de maneira mais aprofundada com essa região.

A pesquisa foi realizada com 75 professores que atuam na EF. na EI. As perguntas foram enviadas através de uma plataforma. O questionário tinha 10 questões de caráter fechado e 1 de resposta aberta.

O objetivo da pesquisa era de analisar possíveis relações entre etnia e gênero com adesão ou não dos docentes com o conteúdo da cultura africana e afro-brasileira, sendo obrigatório de acordo com a Lei 10.639/2003.

Dos 75 docentes que responderam ao questionário, 38 eram do sexo feminino e 37 do sexo masculino, sendo um dado importante pela quantidade de professores de sexo masculino na EI. Em relação a etnia do sexo feminino, 21 se autodeclaram brancas e 17 negras. Ao sexo masculino 27 se declaram negros, 9 se declaram brancos e 1 se autodeclarou “outros”. Dessa forma, é percebido que quase 60% dos professores de EF. na EI. do município em questão são negros.

Esse é outro dado importante e mostra que a representatividade dos docentes de EF negros/as no município supera a dos brancos, uma vez que a “[...] categoria profissional docente é majoritariamente branca” (BÔAS et al., 2020, p. 2).

Foi questionado aos professores o trabalho com o conteúdo étnico racial nas suas aulas. Um total de 50 dos entrevistados afirmam trabalhar com esse conteúdo em sala de aula, enquanto os outros 25 não trabalham com conteúdos de matrizes africanas.

Ainda de acordo com Almeida et al 2021, quando analisados por sexo, percebe-se que das 38 professoras mulheres somente 27 trabalham as questões étnico raciais, e dos 37

professores homens 23 trabalham. Vendo assim, que as professoras mulheres trabalham mais o conteúdo africano e afro-brasileiro em suas aulas do que os professores homens.

Das 27 mulheres que afirmaram trabalhar esse conteúdo, 14 se autodeclararam brancas e 13 negras.

“Dado também interessante de ser notado, é que no grupo de mulheres docentes de EF que aderem aos conteúdos étnico-raciais, parece não fazer grande diferença em ser negra ou branca, o que pode indicar que o racismo e o antirracismo na EI do município tenham que ser analisados para além da polaridade negras(os) x brancas(os).” (ALMEIDA et al, 2021, p. 5)

Já dos por que os homens negros estão aderindo menos o conteúdo sobre sua ancestralidade do que os homens brancos. Porém, quando comparado os professores do sexo masculino com o sexo feminino, ambos de etnia negra, as mulheres ensinam menos que os homens negros os conteúdos étnico raciais na EI.

De acordo com Raimundo et al, 2019, no artigo 2, em uma escola pública na cidade do Rio de Janeiro, em 2018, havia uma aluna negra chamada Sophia, no qual, foi para escola com um coque, que criava volume no cabelo. Até que sofreu bullying por um garoto por estar com o coque. Refletindo sobre o fato, foi decidido organizar um planejamento, selecionando conteúdos que levassem os alunos a conhecerem a origem e história da sociedade onde vivem, como, os jogos e as brincadeiras da cultura africana e afro-brasileira.

Foi exibido vídeos que problematizavam as diferentes cores de pele e tipos de cabelo, e logo após, foi realizado uma roda de conversa para que comentassem sobre a história do vídeo, várias crianças começaram a relatar que já tinham vivenciado situações constrangedoras, também começaram a se descobrir, perguntando se eram crianças negras e alguns já afirmando.

Era fundamental reforçar o caminho trilhado, e com o acesso a Lei 10.639/2003 foi mais fácil, pois já obrigava esse conteúdo dentro das escolas, dessa forma, foi organizado oficina de bonecas Abayomi, jogos da cultura africana e afro-brasileira, história da capoeira e os elementos típicos. Foi apresentado o mapa da África para que as crianças tivessem conhecimento da localização.

No final do ano a escola realizou uma feira cultural, esse momento foi importante para finalizar o planejamento do conteúdo da cultura africana e afro-brasileira, foi apresentado os materiais produzidos como as bonecas, as rodas de capoeira com um mestre de capoeira de 76 anos. Jogaram a amarelinha Africana, Labirinto Moçambique e jogo da memória, sendo esses, elementos importantes da cultura em questão.

As ações desenvolvidas na escola, refletem o quanto a Educação Física por meio das práticas corporais, pode introduzir diferentes culturas no âmbito educacional, foi observado que as crianças se sentiram estimuladas em recuperar sua autoestima, assumindo seus cabelos crespos e conhecendo sua história.

Nascimento et al, 2015, no artigo 3 buscou documentar sua experiência em um CMEI de Vitória-ES a partir de aulas ministradas de Educação Física na Educação Infantil. Desenvolveram o conteúdo de jogos e brincadeiras indígenas e africanos, pensando nas possibilidades de ampliação do acervo cultural e no reconhecimento e respeito as diferenças.

O conteúdo de jogos e brincadeiras foi dividido da seguinte forma:

“na primeira aula contextualizamos a história/cultura de matriz Indígena; na segunda e terceira aula, vivenciamos os jogos e brincadeiras; na quarta aula, trabalhamos com a construção d brinquedos. Na quinta, contextualizamos a história/cultura de matriz Africana; sexta e sétimo com jogos e brincadeiras; na oitava aula foi realizada a construção de brinquedos africanos. E, por fim, realizamos uma oficina com materiais, brinquedos e instrumentos culturais na última intervenção.” (NASCIMENTO et al, 2015, p. 1)

Foi percebido que as crianças apresentaram grande interesse nas atividades propostas. Pois, iniciaram a compreensão do corpo através da construção histórica-social. Buscaram respeitar o tempo das crianças, formando neles um senso crítico e reflexivo diante da sociedade.

Se apoiaram na lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do conteúdo de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica, a fim, de dar visibilidade aos representantes dessa história e seus descendentes.

Inserindo também, a história dos índios e sua cultura, se mostrando ativo na formação da cultura brasileira. Dessa forma, promovendo um diálogo cultural e autoconceito positivo e para o respeito com o outro.

“em nosso planejamento valorizamos a pesquisa/reflexão e estruturamos nossa prática com base nos princípios norteadores da Educação Infantil, que considera a criança como um sujeito de direitos, e, no projeto institucional desenvolvido na instituição que estagiamos. Sendo assim, fundamentalmente nossa intervenção, abarcou os elementos da Cultura Corporal, expressando a cultura e história a partir do movimento, da criação, expressão, fantasia e alegria.”

Diante disso, foi possível contribuir com o conhecimento para diferentes crianças, utilizando o jogo e a brincadeira como um “canal de humanização” para conhecerem o mundo e suas histórias.

Por meio da pesquisa e seus resultados observamos que apesar da Lei 10.639/2003 já estar sendo válida em muitas escolas de todo o Brasil, e trabalhada através dos jogos e das brincadeiras, vemos que ainda falta muito para chegar onde deveríamos, muitos professores sabem da importância da Lei nas escolas e na vida das crianças negras, porém muitos professores ainda não sabem como trabalhar esse conteúdo, ou nunca tiveram formação sobre a cultura africana e afro-brasileira ou por falta de planejamento escolar.

A dificuldade no contexto escolar, no que se refere a inclusão do conteúdo da história e cultura do povo africano e afro-brasileiro na Educação Física na Educação Infantil tem se mostrado desafiadora para as escolas e professores, faltam políticas públicas que visem mostrar a importância de se trabalhar essa cultura e que capacite os profissionais da área, de modo, que possam saber ministrar sobre essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda pesquisa realizada, com 11 artigos de revistas científicas e anais da Educação Física, fica claro que a lei 10.639/2003 não está em vigor como deveria estar, por falta de políticas públicas que visem gerar mais ações para capacitar os profissionais de educação de modo que eles possam saber ensinar sobre as relações étnico-raciais, respeitando as diferenças e eliminando o preconceito.

Há também a ausência dessas discussões nas escolas, por falta de planejamento e formação continuada em trabalhar a cultura étnico-racial.

Abre-se uma nova janela de oportunidades para que a educação para as relações étnico-raciais se constitua efetivamente como incremento de debate público a respeito de políticas para a educação brasileira e por episódios recentes de racismo ocorridos no Brasil.

Os professores são capazes de buscar formação continuada, visto que há plataformas públicas que ministram esses conteúdos, como as secretarias estaduais e municipais de Educação e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), no menu a uma biblioteca onde fica disponível diversos livros para todos terem acesso desde a formação inicial nesse conteúdo até o final.

Existe também o Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO), para o reconhecimento e valorização da memória e da identidade da população negra.

Considera-se, que ofertar o conteúdo da história e cultura africana e afro-brasileira desde a formação nas universidades, seja por disciplina optativa ou atividade extracurricular, contribuirá grandemente com a formação e a capacitação dos professores principalmente de

Educação Física a ministrar essa temática dentro da sala de aula, percebendo a importância dessa cultura em nossa sociedade.

Apesar de a LDB trazer em seu texto e enfatizar a importância de tratar pedagogicamente a respeito da história e cultura dos povos indígenas e africanos, na prática isso ainda não se concretizou pois, os currículos brasileiros e a formação inicial de professores ainda estão centrados em uma visão eurocêntrica, o que acaba impactando diretamente na educação básica.

O principal objetivo da pesquisa é de como as relações-étnico-raciais auxiliam na formação das crianças negras na Educação Infantil e dialogam com a Cultura Corporal. Nesse sentido, BRASIL (1998) é importante possibilitar os alunos uma ampliação da visão sobre a cultura corporal do movimento, possibilitando a participação em atividades culturais, jogos, danças e outros, com finalidade de expressão de sentimento e valorização da diversidade.

Dessa forma, fica claro a importância do papel escolar em inserir variados públicos na sociedade, sem distinção de sexualidade, cor, raça, gênero e religião.

Apesar de anos da implementação da Lei 10.639/03 ainda existem muitos desafios e obstáculos para a implementação dela no sistema educacional, inclusive, pela incipiente presença no conteúdo da Educação Física.

São ideias para se trabalhar a cultura africana e afro-brasileira nas escolas a expressão artística; o movimento e a expressão corporal, a valorização da diversidade étnica e religiosa, o conhecimento dos saberes desses povos, ou seja, a cultura.

Há uma baixa quantidade de pesquisas realizadas na educação infantil referente as relações étnico raciais e a cultura afro-brasileira, visto, que evidencia a necessidade de intensificação de pesquisas e sua publicação em periódicos academicamente qualificados e indexados à plataforma.

Portanto, é necessário trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil via a Educação Física para valorizar a criança negra enquanto parte da nossa sociedade, promovendo igualdade entre todos, independente da classe social, proporcionando o acesso a bens culturais, construindo formas de comunicação lúdica, favorecendo as relações étnico-raciais, rompendo com relações de dominação etária e religiosa.

Através da vivência de jogos e brincadeiras da cultura africana e afro-brasileira, percebe-se uma melhora na autoestima das crianças negras que se veem representadas de forma positiva.

Referências

ALVES, Luciana; Teixeira, Daniel; SANTOS, Winnie Nascimento. **Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras.** Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i264.4897>. Acesso em: 16 jan 2023.

ARAÚJO, Débora. **A construção social da infância; Uma outra história.** Área temática: formação de professores. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/aconstrucao_social_infancia.pdf> Acesso em: 07 nov. 2022.

BINS, Gabriela; NETO, Vicente. **Caleidoscópio: O olhar dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre para as questões étnico-raciais.** Motrivivência v. 28, n. 48, p. 282-299, setembro/2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/OLHAR%20DOS%20PROFESSORES%20PARA%20AS%20QUEST%C3%95ES%20%C3%89TNICO%20RACIAIS.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais: Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 15 jun. 2022.

BUGARIM, Jonatha; BUGARIM, Maria da Conceição; COSTA, Andréia; OLIVEIRA, Rayná. **A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-PA**. Motrivivência, (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01-19, abril/junho, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/A%20CULTURA%20AFRO%20BRASILEIRA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20-%20LEI%2010.639.2003%20(1).pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

COTONHOTO, Larissy; ROSSETTI, Claudia; MISSAWA, Daniela. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. **Construção Psicopedagógica**. São Paulo, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GONÇALVES, Bruna; NASCIMENTO Paulo; ALBERTO, Alvaro. **Currículo, educação física e marabaixo: fundamentando caminhos para inserção da cultura afro-brasileira na escola do Amapá**. Revista Pensar a Prática. Goiânia, v. p. 2-10, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/CAMINHOS%20PARA%20INSER%C3%87%C3%83O%20DA%20CULTURA%20AFRO%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

JAROSKEVICZ, Elvira. **Ações étnico-raciais, História, Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Pública: da legalidade à realidade**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_elvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LIMA, Hanna. **A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3403/1/HKML26012017.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MELO, Vinicius. **A capoeira na escola e na Educação Física**. Motrivivência Ano XXIII, Nº 37, P. 190-199 Dez./2011. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/A

%20CAPOEIRA%20NA%20ESCOLA%20E%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20F%C3%8DSICA.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

MARQUES, José. **Valores Humanos:** Uma referência que devemos possuir no dia a dia. s/d. Disponível em: < <https://jrmcoaching.com.br/blog/valores-humanos-uma-referencia-que-devemos-possuir-no-dia-dia>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

METZENER, Cristina. Leis e documentos que regem a Educação Física Escola brasileira: uma breve apresentação. Revista Hispeci & Lema On line, v. 3, n. 3. Nov. 2012. Disponível em: < <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/22/10122012204854.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOTTA, Flavia; PAULA, Claudemir. **Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623688365>. Acesso em: 16 jan 2023.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando Racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

NEUBAUER, Vanessa; PERANZONI Vaneza; ZANETTI, Adriane. **Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras:** recursos necessários na prática educacional cotidiana. 2013. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd182/os-jogos-recursos-na-pratica-educacional.htm#:~:text=Brincar%20%C3%A9%20uma%20atividade%20fundamental,e%20necess%C3%A1ria%20para%20sua%20forma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso: 13 mar. 2022.

OLIVEIRA, Andréa. **RCN para a educação infantil:** Introdução ao Referencial Curricular Nacional Completo e Atualizado. s/d. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-educacao-infantil/artigos/rcn-introducao-ao-referencial-curricular-nacional-completo-e-atualizado>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PITANGA, Ângelo. **Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: Refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem.** São Paulo: 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/299/201>. Acesso em: 04 jan. 2023.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas. **Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira**. Motrivivência, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-23, julho/dezembro, 2020. Acesso em: 15 jan. 2023,

ROCHA, Eloisa, Pedagogia e a Educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**. [S.1.], n. 16. p. 27-34, 2001. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3P9wYtgnVDf3DcVcywdLSK/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROHLING, Marcos. Durkheim, Rawls e a Educação moral. **Revista Brasileira de Educação**. [S.1.], v. 22, n. 71, 2017. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TKH9YzYjwWNQpSYWWWtndVy/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTIAGO, Flávio. **Políticas Educacionais e relações étnico-raciais**: Contribuições do parecer CNE/CP 3/2004 para a Educação Infantil no Brasil. Disponível em:
<<file:///C:/Users/user/Downloads/artigo-2---politicas-educacionais-25-44--flavio-santiago.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SANTOS, Karolainy; Bona Bruna; Torriglia Patrícia. **A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar**: v. 32, n. 62, p. 01-20, abril/junho, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e66197>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANTOS, Rosiane. Diversidades étnico-raciais na Educação Infantil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 13. Jul. 2019. Disponível em:
<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/13/diversidades-etnico-raciais-na-educacao-infantil>>. Acesso em: 15 jul. 2022.